UFABC

Relatório de Gestão

Área: PROAD

Exercício: 2022

SUMÁRIO

1. Apresentação 4

2. Base legal 4

3. Plano de Desenvolvimento Institucional, Temas Geradores do Planejamento Estratégico e Resultados estratégicos da UFABC 5

4. Recomendações para o formato do conteúdo a ser entregue pelas áreas da UFABC 6

5. Prazos 7

6. RG 2021 (relatório anterior) 7

7. Conteúdo do RG comum a todas as áreas da UFABC 8

7.1 Resultados Estratégicos, Riscos enfrentados, Perspectivas/Planejamento para o próximo exercício 8

8 Conteúdo do RG específico por área 12

8.1 Planejamento da Gestão 12

8.2 Execução das despesas 17

Créditos Originários 17

8.3 Créditos de Movimentação 35

8.4 Transferência de Recursos 38

8.5 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores 42

8.6 Suprimento de Fundos 45

8.7 Utilização de Suprimento de Fundos 46

8.8 Patrimônio 50

8.9. Gestão de Custos 51

8.10. Conformidade contábil 51

8.11. Desempenho financeiro 52

8.12. Demonstrações contábeis.....54

8.13. Declaração do contador.....54

8.14. Geral.....56

1. Apresentação

O Relatório de Gestão (RG) é a principal forma de prestação de contas dos órgãos e unidades administrativas do Governo Federal. De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), são componentes do RG: documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, organizados de forma a permitir uma **visão sistêmica dos resultados** e da conformidade da gestão durante o exercício.

2. Base legal

A Universidade Federal do ABC (UFABC), definida como Unidade Prestadora de Contas (UPC), se baseia nos seguintes normativos para a elaboração do RG – Exercício 2022:

- Constituição Federal de 1988 – Art. 70;
- Instrução Normativa TCU Nº 198, de 23 de março de 2022;
- Decisão Normativa TCU nº 49, de 07 de abril de 2022;

O presente manual poderá ser complementado e reenviado às áreas caso o TCU publique novos normativos com orientações e determinações de conteúdo para elaboração do RG 2022 após o envio deste às áreas.

3. Plano de Desenvolvimento Institucional, Temas Geradores do Planejamento Estratégico e Resultados estratégicos da UFABC

O TCU orienta que a abordagem a ser adotada para a elaboração deste documento deve ser focada em três aspectos específicos:

- Nos **resultados estratégicos** e transversais alcançados pela instituição no decorrer do exercício, sendo importante que as respostas de cada área da UFABC estejam alinhadas ao **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2013-2022**, prorrogado pelo Consuni até 2023, e **também** ao atual **Planejamento da Gestão** e seus **Temas Geradores**.

- Nas **perspectivas institucionais**, ou seja, dentro do cenário de atuação da UFABC e da situação atual e vindoura (esperada), o que se almeja realizar no próximo exercício, ainda de acordo com o planejamento.

- Quais os principais **riscos** para o alcance dos objetivos

Considere os itens acima e os referenciais institucionais da UFABC – Excelência, Inclusão, Participação e Interdisciplinaridade, especialmente para responder aos itens **"7.1 Resultados Estratégicos, Riscos enfrentados, Perspectivas/Planejamento para o próximo exercício"** e "**8 – Conteúdo do RG específico por área".**

Tenha em mente que o relatório é desenvolvido partindo do pressuposto que deve ser entendido pelo cidadão que se interessa pelos resultados atingidos pela UFABC, portanto características como conteúdo interessante e relevante, linguagem acessível e clareza dos dados apresentados devem balizar os relatórios.

4. Recomendações para o formato do conteúdo a ser entregue pelas áreas da UFABC

Devem ser colocadas no texto informações sobre **resultados importantes** no contexto institucional, **perspectivas** para o próximo exercício e quais os **riscos** enfrentados, além de assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de a área alcançar seus objetivos – tendo em vista que o enfoque atual do Relato Integrado de Gestão está na prestação de informações relevantes para a sociedade brasileira. Uma frase do documento do TCU sobre a nova estrutura do Relato Integrado de Gestão resume o que se espera do material a ser encaminhado pelas áreas para a Propladi:

> *Para alcançar seu propósito e ser de fato um instrumento de accountability (prestação de contas e transparência), o relatório precisa seguir a diretriz de clareza, mediante o* ***uso de linguagem simples e de imagens visuais, de modo a transformar informações complexas em relatórios facilmente compreensíveis****.*

Sempre que possível as informações qualitativas devem ser complementadas com **números** (especialmente para o caso das informações e/ou do período que não constam do Repositório de Dados da UFABC, conforme https://dados.ufabc.edu.br/), e que apresentem coerência no tempo de maneira a permitir acompanhamento de séries históricas. **Sempre que possível é importante adicionar comparações anuais dos dados, gráficos e tabelas**.

Os textos elaborados pelas áreas deverão ser concisos e devem estar na terceira pessoa (ex.: o Centro X ou a Pró-reitoria Y realizou, planejou, executou etc.).

A fonte dos textos deve ser Arial, tamanho 12, com espaçamento simples, sem espaço entre os parágrafos. Já a fonte das tabelas e quadros deve ser Arial, tamanho 10.

Observação: As tabelas e quadros devem conter a fonte proveniente da informação e a área responsável na parte inferior desses elementos.

5. Prazos

Para que o RG possa ser entregue ao TCU na data determinada pela Portaria-TCU 49/2022, o seguinte prazo deverá ser obedecido:

Atividade	Data limite
Produção de informações solicitadas neste roteiro e envio à Propladi por intermédio dos e-mails: planejamento@ufabc.edu.br / cpo.propladi@ufabc.edu.br	06/01/2023

6. RG 2021 (relatório anterior)

Acesse a última versão do RG no site da Propladi: https://propladi.ufabc.edu.br/images/relatorio_gestao/relatrio%20de%20gesto%202021.pdf

7. Conteúdo do RG comum a todas as áreas da UFABC

7.1 Resultados Estratégicos, Riscos enfrentados, Perspectivas/Planejamento para o próximo exercício

Considerando o **PDI 2013-2022,** prorrogado pelo Consuni até 2023, e tendo como base o Planejamento da Gestão 2022 – 2026, organizado na forma de **Temas Geradores**, Qualificadores e Diretrizes, para as quais as **áreas** da UFABC apresentaram projetos e ações, comente sobre quais foram os principais **resultados estratégicos** alcançados por sua área em **2022**?

Considere os seguintes aspectos:

- Quais os principais **resultados institucionais** alcançados por sua área no ano de 2022?
- Descrever os principais **processos** de trabalho e **produtos** que contribuem para o alcance dos resultados e para a geração de **valor público**;
- Descrever e sistematizar os **impactos** a partir dos resultados alcançados;
- Apresentar as perspectivas e as possíveis **ações futuras**;
- Descrever e sistematizar os **riscos –** enfrentados no exercício e que ameaçam realizações futuras previstas (perspectivas), e como foram / poderão ser mitigados;
- Como os cortes orçamentários afetaram ou podem afetar as ações da sua área?
- Acrescentar, sempre que possível, gráficos, tabelas e/ou infográficos que embasem as informações.

Observação:

Este item deve ser respondido com um texto, de até três páginas, que deve considerar os aspectos acima abordados. Ressaltamos a importância do alinhamento da resposta ao PDI, e aos Temas Geradores do Planejamento 2022-2026.

Em atendimento à Instrução Normativa nº 01, de 10 de janeiro de 2019, no exercício de 2022 foi executado o terceiro Plano Anual de Contratações (PAC) da UFABC, contribuindo para deixar o processo de compras/contratações mais completo e transparente, o que possibilitou uma gestão mais sustentável e maior interação com a sociedade. Por ser o terceiro ano de execução, em meio a uma pandemia, e com atualizações no sistema por parte do Ministério da Economia ao longo do ano, foi demandado grande esforço por parte dos servidores e setores envolvidos no processo de execução orçamentária, exigindo ajustes, em especial pela grande variação entre os recursos orçamentários demandados na versão inicial do Plano e o valor final aprovado na Lei Orçamentária Anual.

Ainda, ao longo de 2022, foram publicadas atualizações da legislação voltada para as contratações públicas, destacando-se as diversas regulamentações da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, exigindo grande esforço da Universidade para manter documentos, modelos e equipe atualizados a fim de atender todo esse arcabouço legal.

Apesar de ter sido publicada em 1º de abril de 2021, a Nova Lei de Licitações e Contratos prevê prazo de dois anos para revogação das normas anteriores, o que possibilita seu cumprimento em paralelo com outras leis vigentes, mostrando-se um grande desafio para a equipe que atua nessa área, sendo necessário readequar fluxos e modelos de documentos utilizados pela UFABC.

Considerando que a Nova Lei de Licitações e Contratos ainda depende da publicação de outros atos normativos para sua regulamentação, a UFABC optou pela manutenção da aplicação dos regimes vigentes na Lei nº 8.666/93 e segue acompanhando os estágios da regulamentação no Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc) para implantação efetiva.

No decorrer de 2022, a Divisão de Arquivo e Protocolo (DAEP) concentrou-se na reorganização dos serviços de protocolo com a retomada das atividades presenciais. Nesse contexto, o ambiente temporário anteriormente criado para viabilizar a instrução processual de forma eletrônica durante o período de pandemia, foi descontinuado e priorizada a instrução dos novos processos diretamente no ambiente de produção.

Outro grande avanço nesse período foi a definição, por parte da alta gestão, pela proibição da geração de novos processos no formato físico. Essa ação foi essencial para promover o engajamento das áreas na migração de seus processos para o modelo eletrônico, onde 20 (vinte) novos processos foram homologados e já estão em uso, conforme divulgado no Portal de Processos Eletrônicos da UFABC (https://proad.ufabc.edu.br/processoeletronico/processos-migrados/).

Entre esses fluxos estão Auxílio para Inscrição e Participação em Eventos (discentes e servidores), Implementação de Regime de Teletrabalho, Auxílio Atividade Extrassala, Representação Judicial/Extrajudicial, Progressão/Promoção Funcional Docente e Processo Seletivo, de Gestão e Pagamento de Bolsas Institucionais e de Agências de Fomento.

Essa ação contribuiu para reduzir o uso de papel e o tempo de tramitação

desses processos na Universidade, economizar espaço físico, diminuir os riscos relacionados a dano e extravio de documentos e processos, conferir maior transparência e desburocratização a partir da consulta pública dos processos e documentos, entre outras melhorias relacionadas à migração para o meio eletrônico.

Os principais riscos e preocupações estão relacionados à preservação digital, manutenção e atualização dos sistemas informacionais que custodiam a documentação corrente da Universidade, uma vez que, necessariamente, esta documentação deve estar permanentemente acessível ao público em geral.

Além das atividades citadas, a DAEP cumpriu com os seus serviços rotineiros, com destaque para a orientação e treinamento da comunidade acadêmica quanto às questões relacionadas à gestão documental.

O principal objetivo para o próximo exercício é realizar a transferência da documentação eletrônica do ambiente remoto para o ambiente de produção de forma a unificar a documentação institucional em um único ambiente. Em complemento a este serviço, identificar e registrar a documentação que foi gerada fora dos ambientes eletrônicos durante o período de pandemia. Por fim, a meta é finalizar a migração dos processos administrativos ao modelo eletrônico.

A Coordenação de Gestão Financeira e Contábil (CGFC) atuou ativamente no acompanhamento dos projetos que utilizaram Cartão Pesquisador, orientando a comunidade e intermediando a comunicação com o Banco do Brasil para esclarecimento de dúvidas e adequações de documentos, de forma a viabilizar condições, internas e externas, para o desenvolvimento da pesquisa.

Em 2022 a equipe da CGFC também acompanhou a implantação do sistema federal (e-Social), que possibilitará o envio da declaração da Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP) e do DCTFweb para envio da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais. Essa ação seguirá no exercício de 2023 e exigirá dedicação e esforço da equipe para adequação das rotinas e capacitação dos servidores.

Ao longo de 2022 a Pró-Reitoria de Administração (ProAd) atuou como Unidade de Gestão da Integridade, acompanhando as reuniões e ações da Controladoria-Geral da União e da Rede TransformaGov. A equipe da ProAd ainda se dedicou a auxiliar e orientar toda a comunidade para a correta gestão documental, financeira, contábil, patrimonial e de compras/contratações.

Para o próximo exercício, o desafio é a estruturação e a melhor divulgação das ações e espaços de Governança e Integridade na UFABC, ação a ser realizada em conjunto com os demais Dirigentes que compõem a alta gestão da Universidade. Outra ação de grande importância trata da implantação da Gestão Baseada em Riscos nas atividades e fluxos da Pró-Reitoria de Administração, para posterior referência e apoio nas demais áreas da UFABC.

Em 2022 foi assinado o Protocolo de Intenções da Rede SustentAção – SP, formalizando a participação da Universidade nessa rede colaborativa que tem como objetivo compartilhar boas práticas, projetos e iniciativas voltadas à sustentabilidade nos órgãos públicos no estado de São Paulo. Esta participação contribuirá muito na elaboração do novo Plano de Logística Sustentável da UFABC, a ser trabalhado pelo Comitê Estratégico de Sustentabilidade (CES) e pela Coordenação Executiva de Sustentabilidade (CoES).

Iniciou-se uma nova etapa do Ciclo de Debates da Administração em 2022. Constituído de encontros periódicos com apresentações e propostas de debates sobre rotinas, fluxos e procedimentos das diversas Divisões da ProAd, de forma a orientar e aproximar a equipe da Pró-Reitoria das demais unidades administrativas

da Universidade. Foram realizadas 3 (três) apresentações em 2022, relacionadas à Divisão de Importação, Divisão de Patrimônio e Divisão de Arquivo e Protocolo.

O projeto será retomado em fevereiro de 2023, quando já estão agendadas 3 (três) novas apresentações: Divisão de Aquisições e Contratações, Divisão de Contratos e Coordenação de Gestão Financeira e Contábil. Pretende-se tornar essas apresentações rotineiras e constantes ao longo do ano, tratando de temas que sejam de interesse de toda a comunidade.

8 Conteúdo do RG específico por área

Destacamos que os itens **8.2 a 8.14** foram encaminhados com um 'template' que na prática corresponde às Normativas do Relatório de Gestão, anteriores à 2020. Tais itens ainda são exigidos nas prestações de contas mais recentes, mas o conteúdo específico de cada um deles dependerá de uma análise da PROAD acerca da relevância das informações (interesse da sociedade), e o formato de apresentação é bastante livre. Ou seja, não é preciso seguir o esquema de tabelas e subitens específicos (que seguem apenas como uma demonstração de como essas informações costumavam ser apresentadas até 2021).

Sugerimos que a PROAD consulte o link do **Guia do TCU para a elaboração do Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado** (pág. 41 em diante). A ideia é que as informações sejam apresentadas de forma concisa e 'visual', e pretendemos agregar a maior quantidade possível de material do RG da PROAD no documento principal do Relato Integrado de Gestão 2022 da UFABC.

8.1 Planejamento da Gestão

Considerando o Planejamento da Gestão 2022 / 2023, comente sobre as **perspectivas**, **eventuais resultados obtidos, e riscos no horizonte,** para aquelas ações/projetos que a área entende que são de interesse público, para prestação de contas à sociedade brasileira. Deve ser dada ênfase, dentre os projetos/ações listados a seguir, àqueles cujos **resultados/perspectivas representem impactos mais diretos à comunidade**.

8.1.1 Plano de Contratações Anual / Controle e Acompanhamento junto às áreas;

A execução do Plano Anual de Contratações foi acompanhada em 2022 e iniciou-se o cadastro do Plano de Contratações Anual para o exercício de 2023.

Quando do seu cadastro no início de 2021, o PAC 2022 contava com 2.736 (dois mil, setecentos e trinta e seis) itens. Ainda em 2021, houve dois períodos de ajustes no sistema (setembro e novembro). Em 2022, após a sanção da Lei Orçamentária Anual, uma nova oportunidade de adequações foi aberta. Em todos esses períodos, bem como durante a execução do plano ao longo de 2022, foram realizados ajustes, sendo excluídos itens que não seriam mais necessários e incluídos aqueles que não puderam ser identificados no momento do cadastro inicial.

De forma a monitorar a execução do PAC 2022, durante o ano foram realizadas três ações diretamente com os Dirigentes das Unidades de Execução Orçamentária.

A versão final do PAC 2022 divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (https://pncp.gov.br/app/pca/07722779000106/2022) contava com 2.639 (dois mil, seiscentos e trinta e nove) itens e foi possível executar, aproximadamente, 42% do Plano.

Para 2023, a Pró-Reitoria de Administração pretende realizar acompanhamento periódico e orientar as áreas para o momento ideal de abertura e encaminhamento dos processos de forma a atender ao cronograma proposto por elas. A ideia é promover oficinas/encontros com os Dirigentes, Agentes de Planejamento e servidores administrativos das áreas para orientação e melhor acompanhamento do calendário anual de contratações, atendendo, assim, a legislação vigente e contribuindo para o planejamento e a execução dos recursos públicos.

8.1.2 Viabilizar o pleno atendimento da nova Lei de Licitações e Contratos / Atualizar os modelos e fluxos visando a implantação da Nova Lei de Licitações e Contratos - Lei nº 14.133/2021.

Tendo em vista a aplicação obrigatória da Nova Lei de Licitações, nº 14.133/2021, a partir de 1º de abril de 2023, ao longo de 2022 a Pró-Reitoria de Administração realizou uma série de capacitações para preparar a equipe e demais setores da Universidade para efetivo uso da nova legislação. Nestes três primeiros meses de 2023, o desafio é atualizar modelos e fluxos, e orientar as áreas demandantes.

Além das Ações apresentadas acima pela PROAD no Planejamento da Gestão, outros setores da UFABC também apresentaram Ações e registraram a PROAD como “área envolvida”. Desta forma, com relação às Ações a seguir, comente apenas aquelas que estão diretamente relacionadas com a sua área, isto é, aquelas que julgar pertinentes.

8.1.3 Identificação e implementação das melhorias aos processos, desde a formalização até a prestação de contas dos projetos / Aprimoramento dos fluxos dos processos;

A ProAd atua como área meio para viabilização do projeto e, até o momento, não foi acionada pela área responsável pela demanda.

8.1.4 Consolidação da implantação do SIG / Consolidar a Implantação do SIG, atendendo às necessidades de informação e de processos de trabalho das áreas, com especial enfoque nos módulos "acadêmico da Graduação" e "processo eletrônico", integrando cada vez mais as bases informacionais da UFABC;

O objetivo desta ação é atingir a totalidade dos processos administrativos institucionais de forma automatizada, seja por meio da implantação dos respectivos módulos no SIG, seja pela utilização do processo eletrônico no SIG/SIPAC e liberação completa de seu portal público, possibilitando que qualquer cidadão tenha acesso aos documentos de natureza ostensiva gerados pela Universidade.

Para tanto, a Divisão de Arquivo e Protocolo (DAEP) vem trabalhando junto às áreas para padronizar a descrição dos fluxos de cada um dos processos identificados, descrevendo as ações e listando os documentos produzidos durante cada etapa, citando os assinantes, unidades de tramitação, natureza do documento (ostensivo x restrito) e o formato utilizado (nato-digital x PDF), padronizando a nomenclatura dos processos e documentos utilizados visando homologar e implantar os fluxos homologados.

Em 2022 foram migrados 20 (vinte) fluxos para o formato eletrônico e espera-se ampliar essa migração ao longo de 2023 para concluí-la ainda neste exercício.

8.1.5 Parcerias da UFABC para a extensão e a cultura / Conjunto de ações para aprimoramento das parcerias externas estabelecidas pela extensão e pela cultura. Objetivo da ação: Manter, qualificar e ampliar as parcerias estabelecidas pela extensão e pela cultura, tais como TEDs com Ministérios e Secretarias, SESC's, SESIs, Alpharrabio, Sabina etc., com destaque às parcerias regionais;

A ProAd atua como área meio para viabilização do projeto e, até o momento, não foi acionada pela área responsável pela demanda.

8.1.6 Apoio a Serviços técnicos especializados e Gestão dos Excedentes de Pesquisa / Definição de procedimentos para viabilizar a gestão dos excedentes de pesquisa e a prestação de serviços técnicos especializados. Objetivo da ação: Estabelecer as condições legais e fluxos para efetivar a gestão dos excedentes de pesquisa e a prestação de serviços técnicos especializados em atividades voltadas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica. A UFABC poderá, mediante contrapartida financeira e celebração de contrato ou instrumento congênere, sem prejuízo às suas atividades finalísticas, prestar a instituições públicas ou privadas serviços técnicos especializados e disponibilizar seus excedentes de pesquisa, compatíveis com os objetivos da Lei 10.973 de 2004 e com as diretrizes estabelecidas nesta política, para desenvolvimento de atividades voltadas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Caberá à InovaUFABC (NIT) o exame e elaboração do parecer técnico (art. 16, §1º, IX, Lei nº 10.973/2004);

Em 2022 a Pró-Reitoria de Administração participou de algumas reuniões com a Pró-Reitoria de Pesquisa, Agência de Inovação e Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo, de forma a identificar as necessidades e etapas para avanço e conclusão desta ação. Ainda em reunião ordinária da Comissão Permanente de Convênios (CPCo), em 2022 foi aprovada a Resolução nº 6/2022 – CPCo, que dispõe sobre a prestação de serviços técnicos especializados. Trata-se de uma ação estratégica para o avanço do projeto de comercialização de excedentes de pesquisa.

8.1.7 Ações de Desenvolvimento ENAP / Contratação de Ações de Desenvolvimento, de acordo com o Plano de Desenvolvimento de Pessoas, junto à Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), observando-se as Diretrizes do Planejamento Estratégico da UFABC;

A ProAd atua como área meio para viabilização do projeto e, até o momento, não foi acionada pela área responsável pela demanda.

8.1.8 Concurso Público de Técnico-Administrativos / Realização de concurso público para cargos técnico-administrativos que encontram-se desocupados;

A ProAd atua como área meio para viabilização do projeto. O processo de contratação foi instruído e analisado no final de 2022 e deve ter seu contrato formalizado nos próximos meses.

8.1.9 Manutenção permanente dos equipamentos dos laboratórios da UFABC / Viabilizar forma de disponibilização de recursos para suprir as necessidades de Manutenção dos bens patrimoniais (equipamentos) da UFABC ou adequação das verbas já existentes. Contratação de empresas para a realização de serviços de manutenção dos equipamentos presentes nos laboratórios;

Desde 2019 a ProAd tem atuado junto à Pró-Reitoria de Graduação na orientação e identificação do melhor formato para contratação de serviço de manutenção dos equipamentos presentes nos laboratórios didáticos. Ocorre que pela variedade dos materiais e o estado de conservação devido ao uso de alguns, ainda não foi possível finalizar o escopo da contratação, apresentando-se como um desafio importante a ser superado em 2023.

8.1.10 Acervo Acadêmico / Projeto visa buscar melhores práticas, processos e ferramentas, em conjunto com outras universidades federais, para que documentos acadêmicos possam ser digitalizados, armazenados, classificados, preservados e disponibilizados;

No ano de 2018 foi realizado um levantamento junto às áreas a fim de identificar e quantificar a documentação acadêmica ainda em formato físico, custodiada pela UFABC. Este estudo foi coordenado por um Grupo de Trabalho interdisciplinar que recomendou, através de seu Relatório Final, a contratação de uma empresa especializada para realização da conversão digital do acervo acadêmico, organização e disponibilização em repositório informatizado. Desde então, a ProAd não foi comunicada sobre nenhuma ação institucional acerca deste tema, permanecendo à disposição para auxiliar e orientar quanto a melhor forma de preservar o acervo acadêmico.

8.1.11 Política de backup / Implantação de política de backup para a UFABC;

A ProAd atua como área meio para viabilização do projeto e, até o momento, não foi acionada pela área responsável pela demanda.

8.1.12 Elaboração de materiais de orientação para formalização de projetos / Criação de materiais de orientação para pesquisadores e para os centros para facilitar a compreensão dos passos e dos documentos necessários para a formalização e prestação de contas dos projetos / Objetivo: Divulgar os procedimentos para melhor formalização e prestação de contas das parcerias firmadas;

Até o momento a ProAd não foi acionada pela área responsável pela demanda.

8.1.13 Reestruturação da Editora UFABC / Conjunto de ações relacionadas à mudança da Editora na Estrutura da UFABC, considerando ações de valorização da equipe e da coordenação da área, assim como valorizando a participação de membros da comunidade acadêmica no Conselho Editorial.

A ProAd tem trabalhado na identificação e implantação de práticas/ferramentas distintas para facilitar o processo de pagamento na venda de livros da EdUFABC. Para tanto, vem mantendo reuniões com o Banco do Brasil e EdUFABC visando a formalização de contrato específico para disponibilização de ferramentas, com posterior implantação dos procedimentos.

8.2 Execução das despesas

Créditos Originários

8.2.1 Preencha o quadro 1 considerando a soma de recursos da UFABC e por modalidade de contratação, dividindo-as em grupos totalizadores nos exercícios de 2022 e 2021.

Quadro 1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total – Valores em R$ 1,00

Unidade Orçamentária: Fundação Universidade Federal do ABC	**Código UO: 26352**	**UGO: 154503**

Modalidade de Contratação	**Despesa Liquidada**		**Despesa paga**	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	14.591.333,75	11.879.262,11	14.591.333,75	11.879.262,11
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	14.533.686,64	11.794.584,82	14.533.686,64	11.794.584,82
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	57.647,11	84.677,29	57.647,11	84.677,29
2. Contratações Diretas (h+i)	3.101.305,67	2.905.152,01	3.101.305,67	2.905.152,01
h) Dispensa	1.845.258,25	2.417.155,85	1.845.258,25	2.417.155,85
i) Inexigibilidade	1.256.047,42	487.996,16	1.256.047,42	487.996,16
3. Regime de Execução Especial	4.041,68	-	4.041,68	-
j) Suprimento de Fundos	4.041,68	-	4.041,68	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	270.298.404,05	262.564.217,23	270.298.404,05	262.564.217,23
k) Pagamento em Folha	270.090.046,55	262.558.476,18	270.090.046,55	262.558.476,18
l) Diárias	208.357,50	5.741,05	208.357,50	5.741,05
5. Outros	11.123.330,27	11.085.887,41	11.123.330,27	11.085.887,41
6. Total (1+2+3+4+5)	299.118.415,42	288.434.518,76	299.118.415,42	288.434.518,76

Fonte: ProAd/CGFC

8.2.2. De maneira geral, de que forma a UFABC executa suas despesas com relação às modalidades de contratação?

Conteúdos determinados pela portaria do TCU nº 90/2014:

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS DO QUADRO 1

As definições das linhas e colunas são aquelas atinentes às Leis nºs 4.320/64, 8.666/93, 9.472/97, 10.520/2002, e suas alterações, ao Decreto nº 93.872/1986 e à Portaria MPOG nº 265/2001.

Despesa Liquidada: Total de despesas que já passou pela fase de liquidação.

Despesa Paga: Total de despesas que já passou pela fase de pagamento.

Modalidade de Licitação: Nesta linha serão totalizados os valores empenhados e liquidados nas sete (7) modalidades de licitação discriminadas abaixo:

Convite: É a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três (3) pela UJ, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até vinte e quatro (24) horas da apresentação das propostas;

Tomada de preços: É a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação;

Concorrência: É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto;

Pregão: Aquisição de bens e serviços nos termos da Lei n 10.520/2004;

Concurso: É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de quarenta e cinco dias;

Consulta: É a modalidade de licitação em que ao menos cinco pessoas, físicas ou jurídicas, de elevada qualificação, serão chamadas a apresentar propostas para fornecimento de bens ou serviços não comuns;

Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC: Instituído pela Lei 12.462/2011, é aplicável exclusivamente às licitações e aos contratos necessários à realização dos eventos especificados na Lei, a ações integrantes do PAC e as obras e serviços de engenharia no âmbito de sistemas públicos de ensino, sendo essa última possibilidade decorrente da Lei 12.722/2012.

Contratações Diretas: Nesta linha serão totalizados os valores empenhados e liquidados nas duas (2) formas de contratações diretas discriminadas abaixo:

Dispensa: Montante de recursos empenhados nos termos do art. 24 da Lei nº 8.666/93;

Inexigibilidade: Montante de recursos empenhados nos termos do art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Regime de Execução Especial: Nesta linha serão totalizados os valores empenhados e liquidados mediante suprimento de fundos:

Suprimento de Fundos: Montante de recursos empenhados nos termos dos artigos 45, 46 e 47 do Decreto nº 93.872/86.

Pagamento de Pessoal: Nesta linha serão totalizados os valores empenhados e liquidados nos dois (2) grupos de pagamento de pessoal discriminados abaixo:

Pagamento em Folha: Valores pagos a pessoal mediante folha de pagamento;

Diárias: Valores pagos a pessoal mediante diárias, inclusive a terceiros e parceiros.

Outros: Despesas que não se enquadram nas modalidades anteriores.

Na sequência apresenta-se a forma como as contratações foram distribuídas ao longo do exercício de 2022. Contudo, é importante registrar que o detalhamento das contratações não se confunda com os valores efetivamente empenhados, liquidados e pagos, os quais são apresentados nos Quadros 1 e 2 e serão melhor detalhados na questão 8.3.2.

Divisão de Aquisições e Contratações (DAC)

A Pró-Reitoria de Administração, por meio da **Divisão de Aquisições e Contratações (DAC)**, vinculada à Coordenação de Gestão de Compras, Contratos e Patrimônio (CGCCP), teve, no ano de 2022, ação decisiva na condução de licitações fundamentais para o funcionamento da Universidade e a continuidade da expansão de suas áreas físicas.

Ainda de forma mais abrupta do que nos anos anteriores, os constantes bloqueios e redução dos recursos orçamentários e financeiros para o exercício impactou fortemente o desenvolvimento das atividades das Divisões que compõem a CGCCP, refletindo na abertura e instrução dos processos de aquisições e contratações e, consequentemente, na realização de licitações e formalização de instrumentos contratuais. Destaca-se, contudo, que essa situação não reduziu significativamente o volume de trabalho das áreas que formam a CGCCP, conforme descrito adiante.

Em 2022 a DAC realizou licitações nas modalidades Pregão, Chamamento Público e Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), sendo realizados na forma eletrônica, e apenas um dos Chamamentos Públicos foi realizado na forma presencial.

As licitações (Pregões, RDCs e Chamamentos Públicos) totalizaram 116 (cento e dezesseis) certames que somaram R$ 18.091.302,04 (dezoito milhões, noventa e um mil, trezentos e dois reais e quatro centavos). Foram, ainda, realizadas 101 (cento e uma) contratações diretas, que perfazem o montante de R$ 4.977.978,11 (quatro milhões, novecentos e setenta e sete mil, novecentos e setenta e oito reais e onze centavos).

Somando as licitações com as contratações diretas, foram realizadas 217 (duzentas e dezessete) aquisições/contratações, que apresentam o montante de R$ 23.069.280,15 (vinte e três milhões, sessenta e nove mil, duzentos e oitenta reais e quinze centavos).

Comparando com o ano anterior, conforme Tabelas x1 e x2, em termos quantitativos houve um aumento de 40 (quarenta) contratações realizadas, representando um acréscimo de 22,60%. Em termos de valores, contudo, observou-se uma redução de R$ 2.302.135,35 (dois milhões, trezentos e dois mil, cento e trinta e cinco reais e trinta e cinco centavos), equivalendo a uma variação negativa de 9,07% no montante das contratações.

TABELA x1 – Quantitativo de contratações - total e variação.

2021	2022	Variação (Quantidade)	Variação (%)
177	217	40	22,60%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2022.

TABELA x2 – Montante de contratações – valores totais e variação.

2021	2022	Variação (valor)	Variação (%)
R$ 25.371.415,50	R$ 23.069.280,15	-R$ 2.302.135,35	-9,07%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2022.

As contratações na modalidade Pregão são as mais utilizadas pela UFABC, visto que são aplicáveis a todas as aquisições/contratações de bens e serviços comuns. Em 2022, conforme Tabela x3, as contratações feitas via Pregão Eletrônico foram as mais representativas e responderam por 70,82% do total contratado no exercício.

TABELA x3 – Representatividade das contratações por modalidade – valores contratados.

Representatividade Modalidades - valores		
	2021	**2022**
Pregões	77,84%	70,82%
RDC	1,73%	7,60%
Chamamentos Públicos	0,00%	0,00%
Dispensas	18,43%	15,95%
Inexigibilidades	2,00%	5,63%
	100,00%	100,00%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2022.

Na UFABC, a modalidade RDC é utilizada apenas para contratação de obras e serviços de engenharia, apresentando, geralmente, valores mais expressivos, o que impacta diretamente no volume de contratações do exercício. Ainda conforme os dados da Tabela x3, verifica-se que em 2022 as contratações feitas via RDC responderam por 7,60% do montante dispendido. Um dos fatores que explica essa baixa representatividade é o modelo de centralização dos recursos de capital no orçamento do Ministério da Educação, adotado nos últimos exercícios. Como boa parte desses recursos são descentralizados apenas no segundo semestre, muitas vezes não há tempo hábil para realizar contratações dessa natureza, por exigirem maior tempo de publicação e análise.

Ainda de acordo com as informações constantes na Tabela x3, verifica-se que as contratações diretas (Dispensas e Inexigibilidades) somaram 21,58% do volume total contratado.

Em 2022 foram realizadas 112 (cento e doze) contratações na modalidade Pregão, todas em sua forma eletrônica, que apresentam o montante de R$ 16.337.074,48 (dezesseis milhões, trezentos e trinta e sete mil, setenta e quatro reais e quarenta e oito centavos).

Do total contratado nessa modalidade, 36 (trinta e seis) certames referem-se a registros de preços, com valor total contratado de R$ 6.420.746,76 (seis milhões, quatrocentos e vinte mil, setecentos e quarenta e seis reais e setenta e seis centavos). Os 76 (setenta e seis) restantes foram pontuais, com valor total contratado de R$ 9.916.327,72 (nove milhões, novecentos e dezesseis mil, trezentos e vinte e sete reais e setenta e dois centavos).

TABELA x4 – Representação Pregões Pontuais e SRP – Quantidade e valores.

Pregões - Tipos	Quant.	%	Valor Total		%
Pontual	76	67,86%	R$	9.916.327,72	60,70%
SRP	36	32,14%	R$	6.420.746,76	39,30%
	112	100,00%	R$	16.337.074,48	100,00%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2022.

Conforme Tabela x4, os pregões pontuais responderam por 60,70% do valor total contratado em 2022. Já as licitações para registro de preços representaram 39,30%. Essa diferença de quantitativos e valores é justificada, principalmente, pelo fato de que as licitações de registro de preços são utilizadas quando não há como prever o quantitativo e período exato a ser contratado, apresentando estimativa do máximo que pode ser adquirido ao longo de sua vigência.

O registro de preços é muito utilizado para realizar a aquisição de mobiliários, equipamentos de tecnologia da informação e materiais de expediente, os quais possuem valores e quantitativos de contratação bem expressivos.

Conforme Tabela x5, abaixo, comparando com o ano de 2021, observa-se um aumento de 34 (trinta e quatro) Pregões em 2022, equivalente a um acréscimo de 43,59% na quantidade de contratações. Contudo, conforme Tabela x6, comparando-se os valores contratados, observa-se uma redução, correspondente a 17,28%, ou seja, houve em 2022 uma diminuição de R$ 3.411.880,16 (três milhões, quatrocentos e onze mil, oitocentos e oitenta reais e dezesseis centavos) do valor contratado através de Pregões Eletrônicos.

TABELA x5 – Pregões Eletrônicos – Quantidade e variação

2021	2022	Variação (quantidade)	Variação (%)
78	112	34	43,59%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2022.

TABELA x6 - Pregões Eletrônicos – Valores e variação

2021	2022	Variação (valor)	Variação (%)
R$ 19.748.954,64	R$ 16.337.074,48	-R$ 3.411.880,16	-17,28%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2022.

Conforme Tabelas x7 e x8, em 2022 foram realizadas 2 (duas) contratações na modalidade Regime Diferenciado de Contratações (RDC), também em sua forma eletrônica, que apresentam o montante de R$ 1.754.224,56 (um milhão, setecentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos). Observa-se um aumento de 100% no quantitativo de licitações nessa modalidade, comparado ao ano de 2021.

Analisando os valores contratados, conforme Tabela x8, observa-se um aumento, equivalente a 300,80%, que corresponde a R$ 1.316.546,00 (um milhão, trezentos e dezesseis mil, quinhentos e quarenta e seis reais). Conforme verificado na Tabela x3, as contratações nessa modalidade respondem por 7,60% do total contratado em 2022.

TABELA x7 - RDCs Eletrônicos – Quantidade e variação

2021	2022	Variação (Quantidade)	Variação (%)
1	2	1	100,00%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2022.

TABELA x8 - RDCs Eletrônicos – Valores e variação

2021	2022	Variação (valor)	Variação (%)
R$ 437.681,56	R$ 1.754.227,56	R$ 1.316.546,00	300,80%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2022.

Houve, ainda, a publicação de dois Editais de Chamamento Público. Em setembro de 2022 foi publicado o Edital 001/2022 para o cadastro de pessoas jurídicas com interesse em prestar serviços de logística, distribuição e comercialização de livros da Editora UFABC (EdUFABC) em regime de compra e venda ou consignação. Referido Edital é de fluxo contínuo e os credenciamentos são realizados a qualquer momento. Após essa publicação, em 2022 uma editora foi credenciada e está distribuindo/comercializando o títulos da EdUFABC.

Naquele mesmo mês também foi publicado o Edital de Chamamento Público 002/2022, que objetivava a seleção de empresa de engenharia especializada para viabilizar a participação da UFABC como beneficiária nos Programas de Eficiência Energética (PEE) perante a concessionária ENEL Distribuição São Paulo. Importante registrar que ambos os Chamamentos Públicos não geraram dispêndios para a Universidade.

As contratações diretas somam R$ 4.977.978,11 (quatro milhões, novecentos e setenta e sete mil, novecentos e setenta e oito reais e onze centavos), respondendo por 21,58% do total contratado em 2022. Desse montante, 73,89% foram contratados por Dispensa e 26,11% por Inexigibilidade.

Conforme Tabelas x9 e x10, foram realizadas 36 (trinta e seis) Dispensas de Licitação, sendo contratados R$ 3.678.455,04 (três milhões, seiscentos e setenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos).

TABELA x9 – Dispensas de Licitação – Quantidade e variação

2021	2022	Variação (quantidade)	Variação (%)
36	36	0	0,00%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2022.

TABELA x10 - Dispensas de Licitação – Valores e variação

2021	2022	Variação (valor)	Variação (%)
R$ 4.677.036,82	R$ 3.678.455,04	-R$ 998.581,78	-21,35%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2022.

Analisando os dados das Tabelas x9 e x10, verifica-se a manutenção no quantitativo de Dispensas realizadas, e uma diminuição de 21,35% no valor total das contratações diretas por Dispensa, correspondendo a uma redução de R$ 998.581,78 (novecentos e noventa e oito mil, quinhentos e oitenta e um reais e setenta e oito centavos). Em 2022 as contratações diretas por Dispensa foram fundamentadas nos incisos II, IV, V, XIII e XXI do Art. 24 da Lei 8.666/93, conforme Tabela x11.

TABELA x11 – Representatividade da fundamentação das Dispensas de Licitação

Incisos	Quant.	%	Valor Total		%
II	5	13,89%	R$	15.166,16	0,41%
IV	1	2,78%	R$	2.010.684,60	54,66%
V	3	8,33%	R$	12.106.16	0,33%
XIII	11	30,56%	R$	268.992,01	7,31%
XXI	16	44,44%	R$	1.371.506,11	37,28%
		100,00%	R$	3.678.455,04	100,00%

Fonte: ProAd/CGCCP – Acompanhamento de Licitações 2022.

Destaca-se que, em termos monetários, a parcela mais significativa de contratações diretas por Dispensa de Licitação, refere-se à contratação emergencial de serviço de vigilância (fundamentada no inciso IV), correspondendo a 54,66% do volume nessa modalidade.

A segunda parcela mais significativa de contratações diretas por Dispensa de Licitação refere-se àquelas voltadas diretamente para pesquisa. Considerando que a pesquisa é um dos pilares da UFABC, entende-se como sendo natural que 37,28% do volume contratado estejam fundamentados no inciso XXI do Art. 24.

Das 16 (dezesseis) contratações fundamentadas no inciso XXI, 14 (quatorze) foram por importação direta, no valor total de R$ 896.272,32 (oitocentos e noventa e seis mil, duzentos e setenta e dois reais e trinta e dois centavos) e 02 (duas) nacionais no valor total de R$ 475.233,79 (quatrocentos e setenta e cinco mil, duzentos e trinta e três reais e setenta e nove centavos).

Em relação às dispensas por importação direta, convém destacar que esses são os valores efetivamente publicados e empenhados, sendo diferentes dos valores apresentados pela Divisão de Importação, nos quais não estão contempladas despesas com armazenagem e bancárias, projeção de câmbio, entre outras. Essas contratações serão mais detalhadas na apresentação das atividades e resultados da Divisão de Importação.

As contratações diretas por Dispensa de Licitação, fundamentadas no inciso II do Art. 24, que trata da contratação de valor limitado a R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), correspondem a 0,41% do quantitativo total por Dispensa. Das 5 (cinco) registradas com essa fundamentação, 2 (duas) foram precedidas de Cotação Eletrônica, que resultaram fracassadas. As 3 (três) restantes apresentam valor total de R$ 15.166,16 (quinze mil, cento e sessenta e seis reais e dezesseis centavos).

Foram realizadas, ainda, 11 (onze) contratações diretas, fundamentadas no inciso XIII, no valor de R$ 268.992,01 (duzentos e sessenta e oito mil, novecentos e noventa e dois reais e um centavo), correspondendo a 7,31% do volume contratado por Dispensa de Licitação e referem-se à contratação de Fundação de Apoio para gestão administrativa e financeira de projetos de pesquisa.

Ainda tratando das contratações diretas, em 2022 foram registradas 65 (sessenta e cinco) Inexigibilidades de Licitações, fundamentadas no *caput* e nos incisos I e II do Art. 25, sendo a distribuição de quantitativos e valores discriminados na Tabela x12.

TABELA x12 - Representatividade da fundamentação das Inexigibilidades de Licitação

Incisos	Quant.	%	Valor Total		%
Caput	38	58,46%	R$	1.051.165,12	80,89%
I	4	6,15%	R$	54.465,85	4,19%
II	23	35,38%	R$	193.892,10	14,92%
		100,00%	R$	1.299.523,07	100,00%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2022.

Verifica-se que em 2022, em valores monetários, conforme Tabela x12, a parte mais significativa das contratações por Inexigibilidade refere-se à contratação fundamentada no *caput* do Art. 25, em que é verificada a inviabilidade de competição, ou seja, nas contratações em que somente um fornecedor é capaz de prestar o serviço que se pretende contratar. Essas contratações diretas respondem por 58,46% das Inexigibilidades formalizadas, correspondendo a 80,89% do volume total contratado por essa modalidade.

Destaca-se que 7 (sete) das 38 (trinta e oito) Inexigibilidades fundamentadas no *caput* foram feitas por Importação, no valor total de R$ 711.008,76 (setecentos e onze mil, oito reais e setenta e seis centavos) e 31 (trinta e um) foram via compras nacionais, totalizando R$ 340.156,36 (trezentos e quarenta mil, cento e cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos).

Na sequência, em termos quantitativos, têm-se as contratações diretas de cursos de capacitação e treinamento (inciso II, do Art. 25), respondendo por 23 (vinte e três) das 65 (sessenta e cinco) Inexigibilidades registradas no exercício, equivalente a 35,38% do total contratado nessa modalidade. Isso demonstra que a UFABC, assim como nos anos anteriores, investiu na capacitação e atualização de seus servidores.

Quando comparado com o ano de 2021, observa-se uma redução nas contratações de cursos e treinamentos, com valor inferior ao contratado em anos anteriores. Essa diferença tem reflexo nas orientações mais recentes que prioriza a contratação de cursos promovidos por escolas do governo, sem custos para a Administração, demonstrando, ainda, um reflexo dos contingenciamentos orçamentário e financeiro sofridos nos últimos anos e agravados no exercício de 2016.

Comparando com o exercício anterior, conforme Tabela x13, verifica-se que os casos de Inexigibilidades tiveram um acréscimo de 4 (quatro) contratações, representando um aumento de 6,56%. Conforme Tabela x14, em relação aos valores efetivamente contratados nessa modalidade, observa-se um aumento de R$ 791.780,59 (setecentos e noventa e um mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos), correspondendo a um acréscimo de 155,94%.

TABELA x13 - Inexigibilidades de Licitação – Quantidade e variação

2021	2022	Variação (Quantidade)	Variação (%)
61	65	4	6,56%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2022.

TABELA x14 - Inexigibilidades de Licitação – Valor e variação

2021	2022	Variação (valor)	Variação (%)
R$ 507.742,48	R$ 1.299.523,07	R$ 791.780,59	155,94%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2022.

Em comparação ao exercício de 2021, verificou-se um discreto aumento no número total contratado de forma direta. Em 2022 foram realizadas 101 (cento e uma), ou seja, 4 (quatro) contratações a mais em relação ao exercício anterior, representando um aumento de 4,12%. Em termos monetários, no entanto, observa-se redução de R$ 206.801,19 (duzentos e seis mil, oitocentos e um reais e dezenove centavos), equivalente a queda de 3,99%.

No geral, ao longo de 2022 registrou-se um aumento de 22,60% no quantitativo de contratações, com uma redução de 9,07% em valor, conforme apresentado nas Tabelas x1 e x2.

Em 2022 as licitações e itens desertos e/ou cancelados somaram R$ 2.316.212,55 (dois milhões, trezentos e dezesseis mil, duzentos e doze reais e cinquenta e cinco centavos), representando uma redução de 9,10% do valor registrado no ano anterior, conforme demonstrado na Tabela x15.

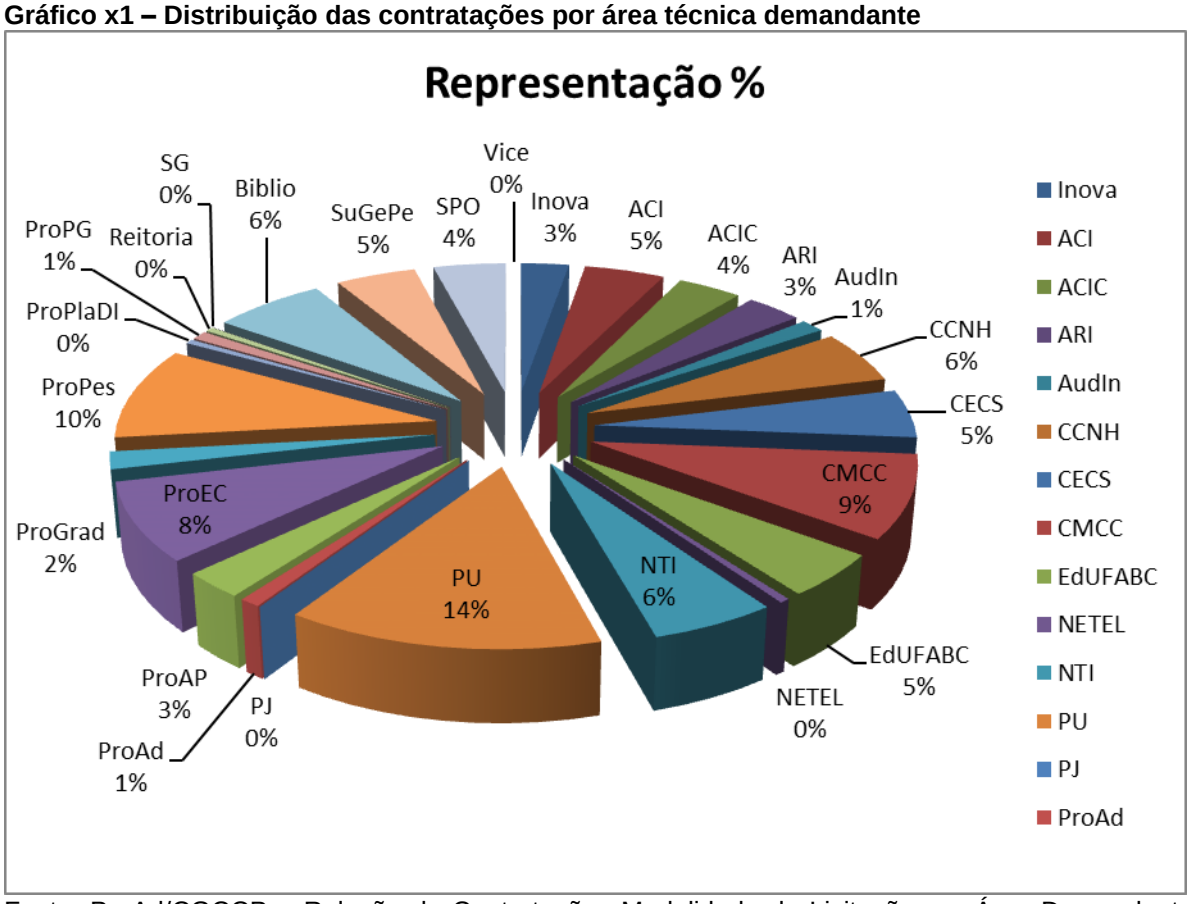
TABELA x15 – Licitações desertas, fracassadas e itens cancelados – valores e variação.

2021	2022	Variação (valor)	Variação (%)
R$ 2.548.055,53	R$ 2.316.212,55	-R$ 231.842,98	-9,10%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2022.

A ProAd atende todas as áreas técnicas da UFABC e abaixo, no Gráfico x1, é possível visualizar a participação nas contratações efetivadas em 2022.

Gráfico x1 – Distribuição das contratações por área técnica demandante



Fonte: ProAd/CGCCP – Relação de Contratações Modalidade de Licitação por Área Demandante - Dados de 2022.

Assim como nos anos anteriores, a Prefeitura Universitária (PU) foi a maior demandante das atividades da DAC, respondendo por, aproximadamente, 14,00% das licitações e contratações diretas realizadas. A segunda e terceira maiores demandantes foram a Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPes) e o Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC), respondendo por, aproximadamente, 10,00% e 9,00% respectivamente. Na sequência a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (ProEC), que responde por 8,00%.

Conforme Tabela x16, ainda em 2022, ocorreram 61 (sessenta e uma) aquisições/contratações por meio de Atas de Registro de Preços vigentes ao longo do exercício, ou seja, 22 (vinte e duas) a mais em relação a 2021, correspondendo a um aumento de 56,41%.

TABELA x16 – Pedidos de Atas SRP – Quantidade e variação

2021	2022	Variação (Quantidade)	Variação (%)
39	61	22	56,41%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2022.

Conforme Tabela x17, verifica-se que foram contratados/adquiridos, através de Atas de Registro de Preços, R$ 2.874.900,22 (dois milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, novecentos reais e vinte e dois centavos), sendo R$ 816.952,44 (oitocentos e dezesseis mil, novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) em serviços; R$ 1.021.594,90 (um milhão, vinte e um mil, quinhentos e noventa e quatro reais e noventa centavos) em materiais de consumo; e R$ 1.036.352,88 (um milhão, trinta e seis mil, trezentos e cinquenta e dois reais e oitenta e oito centavos) em materiais permanentes.

TABELA x17 – Pedidos de Atas SRP – Valores e representatividade

	2021	2022	Variação (valor)	Variação (%)
Serviço	R$ 396.086,56	R$ 816.952,44	R$ 420.865,97	106,26%
Consumo	R$ 219.915,93	R$ 1.021.594,90	R$ 801.678,97	364,54%
Permanente	R$ 1.480.737,65	R$ 1.036.352,88	-R$ 444.384,77	-30,01%
Total	R$ 2.096.740,14	R$ 2.874.900,22	R$ 778.160,08	37,11%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2022.

Em relação às aquisições feitas através de pedidos de Atas de Registro de Preços, em 2022 observa-se um aumento de R$ 778.160,08 (setecentos e setenta e oito mil, cento e sessenta reais e oito centavos) no valor total contratado, equivalente a um aumento de 37,11%.

Com base em todo o exposto, bem como demonstrado na Tabela x18, verificou-se que no exercício de 2022 foram contratados/adquiridos R$ 25.944.180,37 (vinte e cinco milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, cento e oitenta reais e trinta e sete centavos), representando uma redução de 5,55% quando comparado com 2021.

TABELA x18 – Contratações por modalidade – Valores Totais e variação

	2021	2022	Variação (valor)	Variação (%)
Pregões	R$ 19.748.954,64	R$ 16.337.074,48	-R$ 3.411.880,16	-17,28%
RDCs	R$ 437.681,56	R$ 1.754.227,56	R$ 1.316.546,00	300,80%
Dispensas	R$ 4.677.036,82	R$ 3.678.455,04	-R$ 998.581,78	-21,35%
Inexigibilidades	R$ 507.742,48	R$ 1.299.523,07	R$ 791.780,59	155,94%
Pedidos de Atas	R$ 2.096.740,14	R$ 2.874.900,22	R$ 778.160,08	37,11%
	R$ 27.468.155,64	R$ 25.944.180,37	-R$ 1.523.975,27	-5,55%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores DAC 2009-2022.

Verifica-se que o volume ainda é bem inferior ao contratado em anos anteriores, sendo reflexo da pandemia pelo novo coronavírus e dos contingenciamentos orçamentários e financeiros ocorridos nos últimos exercícios, que reduzem o volume de contratações de obras e serviços de engenharia e das contratações para registro de preços para aquisição de mobiliários, equipamentos e insumos de informática e serviços necessários para desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.

Em 2022 ocorreram eventos periódicos de bloqueio, contingenciamento e corte orçamentário, refletindo diretamente nos valores finais negociados e na distribuição das contratações ao longo do ano, prejudicando enormemente o planejamento da Universidade e de suas unidades administrativas e exigindo esforço e criatividade redobrados para concluir o maior número de processos de aquisições e contratações.

O exercício de 2022 iniciou-se com 62 (sessenta e dois) processos pendentes de conclusão que haviam sido analisados no decorrer dos exercícios de 2015 a 2021, mas que precisaram ser devolvidos à área demandante para adequações e não retornaram para formalizar a contratação. Uma parte retornou à DAC ao longo de 2022 e 31 (trinta e um) foram finalizados ou arquivados, restando ainda, 31 (trinta e um) pendentes de conclusão.

Durante o ano de 2022 foram recebidos e analisados 247 (duzentos e quarenta e sete) novos processos de aquisições e contratações na DAC, dos quais 223 (duzentos e vinte e três) foram encerrados ainda em 2022, resultando em um índice de 90,28% de conclusão. O prazo médio de conclusão desses processos foi de, aproximadamente, 37 (trinta e sete) dias, contados da data de recebimento na divisão para análise inicial.

Do total, apenas 24 (vinte e quatro) ficaram pendentes de contratação, sendo que 1 (um) estava com licitação em andamento; 1 (um) em análise para contratação direta; 1 (um) não foi publicado por falta de tempo hábil para a contratação; e 21 (vinte e um) foram analisados e devolvidos para as áreas técnicas demandantes para adequações e/ou atendimento de recomendações, não sendo registrado, até 31 de dezembro de 2022, o seu retorno para continuidade e formalização da contratação.

De forma geral, o orçamento destinado à UFABC no ano de 2022 foi executado em sua totalidade. Contudo, algumas contratações estratégicas não puderam ser finalizadas. Os 24 (vinte e quatro) processos pendentes, assim como os 31 (trinta e um) referentes aos anos de 2015 a 2021, serão avaliados pelas áreas demandantes e, sendo necessário e estratégico para o desempenho das atividades administrativas e acadêmicas, terão suas contratações continuadas no exercício de 2023.

Conforme registrado, a maior parcela das contratações realizadas pela UFABC é feita por Pregão ou RDC, ambos no formato eletrônico, sendo os editais e documentos da licitação disponibilizados no Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br) e, no caso de obras, serviços de engenharia e serviços técnicos especializados, também na página eletrônica da UFABC (https://www.ufabc.edu.br/licitacoes).

Também é importante reforçar que desde março de 2021 os processos de aquisições e contratações passaram a ser instruídos no formato eletrônico e, a partir de 1º de janeiro de 2023 o portal público do SIG/SIPAC será integralmente reativado, permitindo a consulta da documentação institucional ostensiva presente no sistema pelo público externo à Universidade, conferindo maior celeridade e transparência no trato dos recursos públicos.

Divisão de Importação (DI)

Para possibilitar uma análise mais precisa das atividades da Divisão de Importação (DI) no ano de 2022, foram elaboradas duas tabelas: uma para os indicadores referentes ao número de processos e valores envolvidos nas transações, e outra destacando informações relevantes dos processos.

TABELA X19 – Indicadores da Divisão de Importação

Ano	Nº de Processos	Valor da Entrada de Processos em USD	Valor da Entrada de Processos em R$ (*)	Gastos Totais com os Processos em R$	Processos entregues	Processos cancelados

2009	26	867.506,63	1.543.905,51	1.873.569,69	3	1
2010	34	1.146.734,72	1.986.393,55	2.714.111,99	28	8
2011	45	4.219.018,88	6.851.815,16	7.253.111,04	29	7
2012	38	1.588.912,23	3.224.749,26	4.586.821,56	42	1
2013	41	1.944.050,25	4.327.269,17	3.393.323,52	41	3
2014	62	3.038.049,26	6.902.202,25	7.649.113,09	50	11
2015	26	617.333,29	1.957.426,22	4.292.564,54	32	9
2016	13	21.595,24	73.091,36	961.844,35	17	1
2017	24	108.588,74	345.424,34	438.367,87	21	1
2018	22	275.210,98	1.057.194,33	1.057.859,92	20	3
2019	15	788.936,90	3.109.937,72	3.316.271,81	15	0
2020	18	282.686,16	1.498.773,45	863.066,99	14	1
2021	27	478.747,31	2.565.969,99	2.979.306,71	16	3
Média Anual até 2021	**30**	**1.182.874,66**	**2.726.473,25**	**3.183.025,62**	**25**	**4**
2022	**32**	**198.441,25**	**1.017.016,76**	**1.155.496,93**	**29**	**6**

(*) O valor da entrada de processos em reais é obtido de acordo com a conversão do valor da Fatura Proforma/Comercial de cada importação, convertido à taxa do dólar americano do último dia útil do mês de entrada do processo na Divisão de Importação.
Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores da Divisão de Importação 2009-2022

TABELA X20 – Informações relevantes dos Processos de Importação recebidos em 2022

1. Processos por Forma de Importação:	Quantidade	Porcentual
Comercial (compra)	24	92,31%
Doação	2	7,69%
TOTAL	26	100,00%

2. Processos por Natureza de Despesa:	Quantidade	Porcentual	Valor em R$	% do Valor
Custeio (inclui os processos de doação, cujas despesas aduaneiras foram pagas com recursos dessa natureza)	21	80,77%	R$ 627.657,32	61,72%
Investimento	5	19,23%	R$ 389.359,43	38,28%
TOTAL	26	100,00%	R$ 1.017.016,75	100,00%

3. Processos por Fonte de Recursos:	Quantidade	Porcentual	Valor em R$	% do Valor
UFABC, sem reembolso	11	42,31%	R$ 300.416,94	29,54%
UFABC, com reembolso posterior por órgão de fomento ou recurso do exportador	10	38,46%	R$ 327.240,38	32,18%
FINEP	5	19,23%	R$ 389.359,43	38,28%
TOTAL	26	100,00%	R$ 1.017.016,75	100,00%

4. Processos por Finalidade:	Quantidade	Porcentual
Pesquisa Científica	17	65,38%
Ensino e Extensão	0	0,00%

Outras atividades necessárias ao funcionamento da UFABC e/ou uso administrativo	9	34,62%
TOTAL	26	100,00%

(i) Faturas Proforma/Comercial em outras moedas estrangeiras foram convertidas ao dólar dos Estados Unidos, para padronização com o objetivo de melhor demonstrar os dados. Os valores foram convertidos à taxa do último dia útil do mês de entrada do processo na Divisão de Importação.
(ii) O valor em reais é obtido de acordo com a conversão do valor da Fatura Proforma/Comercial, de cada importação, convertido à taxa do dólar dos Estados Unidos do último dia útil do mês de entrada do processo na Divisão de Importação.
(iii) Para obtenção de cálculos mais precisos, foram considerados somente os processos não cancelados.
Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores da Divisão de Importação 2009-2022

A primeira análise a ser feita é relativa ao número de processos recebidos na Divisão de Importação, 32 (trinta e dois), apresentando um discreto crescimento em relação a 2021: foram 4 (quatro) processos a mais, ou seja, um aumento de 18,51%, ultrapassando a média histórica até 2021, de 30 (trinta) recebidos anualmente. Trata-se da maior entrada de processos em um exercício desde o ano de 2014.

O número de processos entregues pela Divisão de Importação (ou seja, a mercadoria importada entregue à área demandante na UFABC), é muito superior ao dos exercícios anteriores: foi apurado um expressivo aumento de 81,25% em relação ao ano de 2021, passando de 16 (dezesseis) para 29 (vinte e nove) entregas em 2022, sendo um número superior à média anual de entregas até 2021, de 25 (vinte e cinco) processos. Trata-se do maior número de entregas feitas desde 2015.

Também segundo os registros internos, há um total de 14 (quatorze) produtos ou serviços, incluindo processos relativos a anos anteriores, ainda a serem entregues para a Universidade. Este número é pouco menor, porém similar às entregas pendentes ao final do exercício de 2021, que era de 16 (dezesseis) processos.

O aumento da quantidade de processos de importação recebidos em 2022, que repetiu o fenômeno registrado em 2021, encerra a tendência de estar abaixo da média histórica que acontecia desde 2015, ano em que a UFABC começou a passar por um cenário de restrições orçamentárias e financeiras.

Como a Universidade ainda passa pelo cenário acima mencionado, o aumento no número de processos de importação pode ser explicado:

- pelo crescimento na demanda de serviços transnacionais (pagamento de anuidades a entidades estrangeiras, contratação de cursos no exterior e acesso à base de dados prestados por empresas internacionais);
- pela aprovação em Chamadas Públicas no âmbito da FINEP-MCTI; e
- por atividades de pesquisadores(as) da UFABC: aprovação de projetos junto aos diversos órgãos de fomento, além de parcerias obtidas no exterior.

Para corroborar essa conclusão, é possível aferir, de acordo com a Tabela x20, que a grande maioria de processos foi dotada com orçamento de custeio, e apenas 5 (cinco) importações (19,23%) com recursos orçamentários de investimento. Dessas, todas se referem a processos custeados com recursos externos (FINEP). Também é importante salientar que, apesar da baixa proporção de número de processos, se for considerada a proporção do montante em reais, a participação dos recursos de investimento FINEP sobe para 38,28% dos processos com importação demandada à UFABC.

Por outro lado, conforme também pode ser observado na Tabela x20, destaca-se que 10 (dez) processos utilizaram, inicialmente, recursos da própria Universidade, e posteriormente foram reembolsados pelo pesquisador responsável, com verba de órgão de fomento (FAPESP ou CNPq). Desses, 1 (um) processo se tratava de doação, onde as despesas com armazenagem e conservação do produto foram efetivamente ressarcidas pelo pesquisador demandante.

Tais dados demonstram que a UFABC tem auxiliado a comunidade na viabilização e recebimento de produtos importados, ainda que de maneiras alternativas – isto é, sem arcar com a totalidade dos recursos orçamentários e financeiros das aquisições.

A exemplo do ocorrido nos dois últimos exercícios, verifica-se novamente que a crise econômica incentivou a busca por soluções alternativas para a continuidade da pesquisa científica, situação agravada pela necessidade urgente de pesquisas para enfrentamento da Covid-19.

Ainda, é importante notar que houve o cancelamento de 6 (seis) processos durante o exercício de 2022, pouco acima da média anual de 4 (quatro). A possibilidade de cancelamento ou suspensão existe por diversas razões, como por exemplo, recursos orçamentários e/ou financeiros insuficientes, entrada fora do prazo, instrução inadequada do processo, entre outras.

Nesse prisma, é fundamental ressaltar o trabalho de elaboração de estimativas de despesas prévias à abertura de processos de importação. Com esse trabalho, o demandante tem uma ferramenta para decidir se é possível importar com os recursos existentes, evitando aberturas e cancelamentos de processos.

A segunda análise a se fazer é estritamente financeira, observando os dados da Tabela x19. Em relação ao valor de entrada de processos em dólares dos Estados Unidos, em 2022 sofreu importante redução, correspondendo a somente 41,45% de 2021; comparado à média anual até 2021, a proporção é ainda menor, correspondendo a apenas 16,78%. Trata-se do terceiro menor valor de entrada de processos da série histórica, calculada desde 2009.

Em relação ao montante da entrada de processos em reais, também houve diminuição de 39,63% em comparação a 2021. Comparando com a média histórica registrada desde 2009, o valor de 2022 corresponde a apenas 37,30%.

Nota-se uma disparidade importante entre os níveis de queda do valor de entrada de processos em 2022 e sua comparação com a média histórica. Enquanto o valor de entrada de 2022, em dólares dos Estados Unidos, corresponde a apenas 16,78% da média histórica, calculado em reais, a proporção do valor de entrada de 2022 cresce para 37,30% dessa média.

Ainda, é notável a redução nos gastos totais com o processo (que envolvem fechamento de câmbio para pagamento ao exportador, despesas bancárias e aduaneiras e pagamentos de prestadores de serviços correlatos à importação: transporte internacional, seguro, despacho aduaneiro e transporte rodoviário). Foi registrada uma queda de 38,78% se comparado com os gastos totais de 2021. O percentual de queda é similar quando comparado com a média histórica de 36,30%.

Pela Tabela x20, verifica-se que, de todo o valor da entrada de processos em reais no exercício de 2022, o valor totalmente custeado pela UFABC corresponde a somente 29,54%, enquanto o restante do valor representa origem de recursos de terceiros (usualmente, órgãos de fomento), sendo possível concluir que a captação de recursos externos à Universidade foi a principal forma de financiamento de processos de importação.

De acordo com a mesma tabela, os processos com natureza de despesa de "custeio" somaram 21 (vinte e um) e correspondem a 61,72% da entrada de valores em reais no exercício, enquanto as importações classificadas como "investimento", apesar de corresponderem a apenas 5 (cinco) processos, resultaram nos 38,28% restantes no ano de 2022. Todos esses 5 (cinco) processos foram financiados com recursos descentralizados pela FINEP.

Uma conclusão possível dessa análise é que a UFABC tem conseguido custear com recursos próprios somente os menores processos, o que tem duas explicações.

A primeira é a instabilidade cambial observada em 2022, ainda ditada pelas incertezas diante do cenário político-econômico no Brasil (eleições), pela conjuntura política global desfavorável e, agora em menor grau, pela pandemia de Covid-19. Com a moeda estrangeira mais cara, a tendência natural é a diminuição na demanda por importações. É importante ressaltar que mesmo os custos indiretos (serviços de transporte internacional, seguro, despesas bancárias) têm componentes cotados em moeda estrangeira.

A segunda explicação, tratada anteriormente, é o cenário de restrição orçamentária e financeira vivenciado pela UFABC desde 2015, onde priorizam-se as importações que estejam dentro da realidade orçamentária da Administração – tanto considerando o valor da mercadoria, quanto dos gastos correlatos à sua importação.

Divisão de Contratos (DC)

Ao longo de 2022 a Divisão de Contratos (DC) realizou diversas atividades inerentes à formalização dos vários instrumentos contratuais, bem como orientou as áreas técnicas e atualizou seus modelos, fluxos e manuais.

A seguir apresenta-se o quantitativo anual das principais atividades realizadas pela DC durante o exercício de 2022:

TABELA x21 - Quantitativo anual das principais atividades realizadas pela Divisão de Contratos

Atividade	Quantidade Anual/2021	Quantidade Anual/2022	Variação %
Análises de processos novos	137	187	36,50%
Atas assinadas	79	113	43,04%
Contratos assinados	42	37	-11,90%
Contratos de adesão assinados	0	2	100,00%
Apostilamentos de Nota de Empenho formalizados	41	37	-9,76%
Aditivos Contratuais publicados	45	51	13,33%
Notificações encaminhadas	35	49	40,00%
Penalizações (Advertências / Multas / Suspensões)	7	6	-14,29%
Rescisões Contratuais	4	7	75,00%

Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores Contratos 2021 e 2022

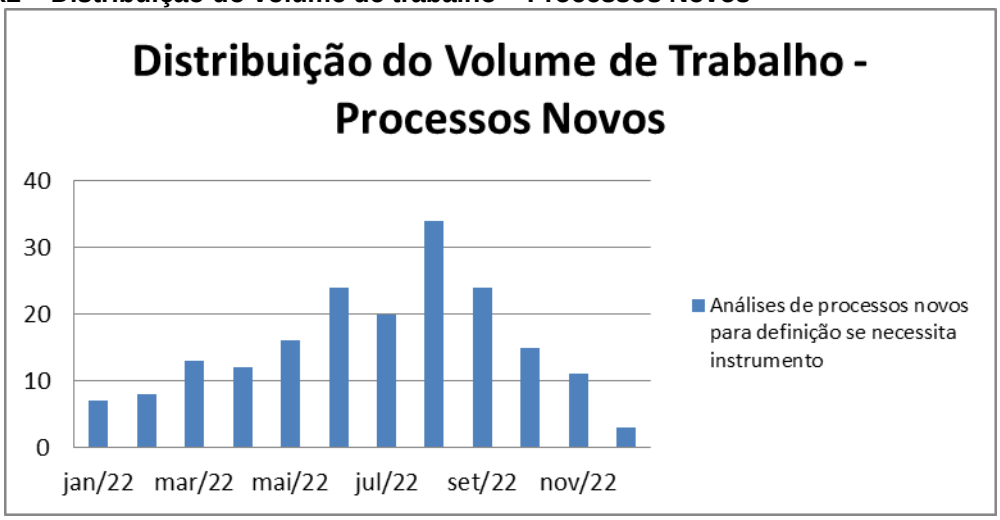
Analisando os dados apresentados na tabela x21, observa-se que foram assinadas 113 (cento e treze) Atas de Registro de Preços, representando a maior parte dos instrumentos contratuais formalizados. Esse tipo de instrumento possibilita que a Universidade mantenha um rol de Fornecedores Registrados, contudo não há obrigatoriedade na aquisição ou contratação do bem ou serviço, fazendo com que a ordem de compra seja emitida somente quando houver a necessidade do material ou serviço.

Foram formalizados 51 (cinquenta e um) aditivos, registrando-se um aumento de 13,33% na comparação com o exercício 2021 e ainda permanece elevado, superando, inclusive o número de 37 (trinta e sete) contratos formalizados em 2022.

Houve um aumento na quantidade de notificações expedidas, demonstrando um possível aumento nas falhas durante a execução dos contratos, cabendo à administração aplicar as sanções pertinentes, sempre obedecendo aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade e em atenção ao princípio do contraditório e da ampla defesa. As rescisões contratuais tiveram alta, contudo esse fato não representa um problema, uma vez que tais rescisões ocorreram principalmente ainda em razão da pandemia causada pela Covid-19, com destaque para a impossibilidade de fornecer o bem/serviço pela elevação do preço em comparação ao valor registrado.

Comparando os indicadores de 2022 com os de 2021 verifica-se que, no geral, houve um aumento no quantitativo das atividades. Vale destacar que a maior demanda de formalização de instrumentos contratuais concentrou-se nos meses de junho a outubro como demonstrado no Gráfico x2 a seguir:

Gráfico x2 – Distribuição do volume de trabalho – Processos Novos



Fonte: ProAd/CGCCP – Indicadores Contratos 2021 e 2022

Divisão de Patrimônio (DP)

As incorporações de bens permanentes referentes ao exercício 2022 estão representadas conforme tabela x22:

TABELA x22 – Dados relativos às incorporações realizadas pela Divisão de Patrimônio

Conta	Descrição	Quant.	Valor
4.4.9.0.39.93	Aquisição de software	1	R$ 2.979,71
4.4.9.0.52.02	Aeronaves	1	R$ 19.140,00

4.4.9.0.52.04	Aparelhos de medição e orientação	93	R$ 1.746.768,00
4.4.9.0.52.08	Apar.equip.utens.med.,odont,labor.hospit.	293	R$ 6.809.565,33
4.4.9.0.52.12	Aparelhos e utensílios domésticos	88	R$ 377.725,59
4.4.9.0.52.24	Equipamento de proteção, segurança e socorro	3	R$ 37.553,33
4.4.9.0.52.30	Máquinas e equipamentos energéticos	59	R$ 619.975,98
4.4.9.0.52.33	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	153	R$ 150.812,98
4.4.9.0.52.34	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	4	R$ 18.421,50
4.4.9.0.52.35	Equipamentos de processamento de dados	931	R$ 5.183.765,10
4.4.9.0.52.36	Máquinas, instalações e utensílios de escritório	5	R$ 1.021,21
4.4.9.0.52.38	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	11	R$ 22.447,28
4.4.9.0.52.42	Mobiliário em geral	153	R$ 79.480,48
4.4.9.0.52.48	Veículos diversos	13	R$ 14.850,00
4.4.9.0.52.51	Pecas não incorporáveis a imóveis	2	R$ 107.160,00

Fonte: SIE – Relatório Código: 05.02.99.01.98 – Relatório Mensal de Bens Adquiridos por Classe.

Importante salientar que esses números refletem apenas os tombamentos, e não as aquisições em geral.

Conforme Tabela x23, durante 2022 houve, ainda, os seguintes registros:

TABELA x23 – Outros dados relativos às atividades realizadas pela Divisão de Patrimônio

	Movimentações	Doações	Importações	Notas Fiscais	Baixas
Quantidade em bens	6239	263	11	1057	6
Quantidade em termos	2211	-	-	-	-
Valor		R$ 3.783.688,81	R$ 4.503.982,00	R$ 6.171.892,19	R$ 169.158,90

Fontes: SIE – Relatório Código: 05.02.99.01.49 – Relatório de Bens por Forma de Ingresso;
SIE – Relatório Código: 05.02.99.02.93 – Detalhamento dos Termos de Movimentação do Período;
SIE – Relatório Código: 05.02.99.02.94 – Termos de Movimentação do Período.

Cumpre observar que, das aquisições do período que foram tombadas e, agora fazem parte do acervo patrimonial de ativos permanentes da UFABC, as doações representam cerca de 35,44% dos valores incorporados.

Em termos monetários, as importações predominam como a modalidade de ingresso de bens com maior vulto e, apesar das compras nacionais efetivadas pela UFABC apresentarem o maior quantitativo, também apresentam os menores valores monetários, em razão da aquisição de bens de menor valor agregado como mobiliários e até mesmo alguns relacionados a processamento de dados.

8.3 Créditos de Movimentação

A Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação contempla o quadro 2 com a mesma estrutura de informações daqueles referentes a créditos originários. A diferença entre os dois conjuntos está no fato de que o primeiro se refere à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA ou dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa e deve ser preenchido por todas as UJ que tenham sido beneficiárias desses créditos. Assim, deixa-se de discriminar os quadros deste subitem, pois são semelhantes aos quadros explanados já detalhados associados à execução orçamentária de créditos originários da UFABC.

8.3.1 Preencha o quadro 2 considerando a soma de recursos recebidos por descentralização pela UFABC, dividindo-as em grupos totalizadores nos exercícios de 2022 e 2021.

Quadro 2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Descentralização – Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2022	2021	2022	2021
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	34.310,79	12.600,00	34.310,79	12.600,00
d) Pregão	34.310,79	12.600,00	34.310,79	12.600,00
2. Contratações Diretas (h+i)	38.464,60	1.494.874,51	38.464,60	1.494.874,51
h) Dispensa	38.464,60	1.494.874,51	38.464,60	1.494.874,51
i) Inexigibilidade	-	-	-	-
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	191.207,99	1.799,75	191.207,99	1.799,75
k) Pagamento em Folha	3.046,51	1.799,75	3.046,51	1.799,75
l) Diárias	188.161,48	-	188.161,48	-
5. Outros	3.385.343,24	1.348.440,90	3.385.343,24	1.348.440,90
6. Total (1+2+3+4+5)	3.649.326,62	2.857.715,16	3.649.326,62	2.857.715,16

Fonte: ProAd/CGFC

8.3.2 Qual a análise que se faz a respeito da gestão da execução orçamentária dos créditos da UFABC demonstrada nos quadros 1 e 2, levando-se em consideração:

a) principais razões de alterações observadas, tendo em vista o exercício anterior, na realização da despesa em relação aos montantes por modalidade de licitação;

b) razões que determinaram as contratações em volume significativo via dispensa e inexigibilidade;

c) efeitos na gestão orçamentária provocados pelas limitações de empenho e movimentação financeira ocorridas no exercício, destacando as consequências sobre os resultados planejados, bem como as razões que determinaram as escolhas sobre quais despesas as restrições recairiam;

d) eventos internos e externos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária da UFABC, tais como: problemas de pessoal, licitações, licenciamento ambiental, examinando ainda a permanência dos efeitos provocados por estes eventos para o exercício seguinte.

Conforme registrado anteriormente, os valores detalhados nos Quadros 1 e 2 referem-se às despesas empenhadas, liquidadas e pagas em 2022, que são diferentes das informações descritas sobre as contratações do exercício.

Como pode ser observado na análise do Quadro 1, em 2022 os valores liquidados foram pagos em sua totalidade, indicando um reflexo da política de repasse de recursos financeiros oriundos do MEC e da ação adotada pela CGFC, através da Divisão de Administração Financeira (DAF) na gestão desses recursos nos últimos meses do exercício.

Das informações constantes no Quadro 1, observa-se que a maior parcela dos recursos empenhados, liquidados e pagos, correspondente a 90,37% do montante, refere-se às despesas obrigatórias, mais precisamente as relacionadas a pagamentos em folha e diárias.

Um segundo ponto que merece destaque diz respeito ao aumento expressivo de recursos empenhados, liquidados e pagos destinados a diárias. Esse aumento de mais de 3.000% se deve aos efeitos da pandemia de Covid19, que suspendeu as atividades presenciais na UFABC e em muitas outras instituições, reduzindo drasticamente a mobilidade dos servidores e convidados para participação em eventos e missões em locais distintos de sua sede nos anos de 2020 e 2021. Com o retorno das atividades presenciais em junho de 2022, houve também o retorno de eventos e missões em outras cidades e, consequentemente, o pagamento de diárias.

O último ponto a ser destacado no Quadro 1 diz respeito ao discreto aumento entre os valores liquidados e pagos em 2021 e 2022, correspondente a 3,70%. Isso demonstra que, mesmo com as atividades presenciais suspensas até junho de 2022, a Universidade e toda a comunidade foram capazes de se adaptar e continuar executando suas atividades e oferecendo serviço de qualidade mesmo com as dificuldades impostas pela crise sanitária.

Analisando os valores relacionados às licitações, os dados apresentados no Quadro 1 demonstram que, a exemplo de 2021, a modalidade de licitação Pregão foi a mais utilizada pela UFABC em 2022. Referido fato se dá porque os bens e serviços contratados pela Universidade são, em sua maioria, considerados comuns. Assim, conforme previsto no § 1º, Art. 1º do Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, a utilização dessa modalidade, em sua forma eletrônica, é obrigatória pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais. Sua utilização amplia a concorrência, além de conferir maior celeridade e transparência aos processos de contratações, gerando maior economia ao erário.

As contratações nas modalidades convencionais (Convite, Tomada de Preços e Concorrência) são utilizadas quase que exclusivamente para contratação de serviços mais técnicos, onde há necessidade de análise e ponderação de critérios de técnica e preço ou quando há concessão de espaço público que gera receita e não despesa. Como pode ser observado no Quadro 1, não houve registro de despesas liquidadas e pagas nessas modalidades convencionais.

As contratações via Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), são utilizadas pelas instituições de ensino única e exclusivamente para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme parágrafo 3º, do Art. 1º, da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011. Da mesma forma, como no caso dos Pregões, para o RDC também é dada preferência pela forma eletrônica, inclusive para licitações com critérios de julgamento por técnica e preço, de forma a ampliar a concorrência e gerar maior celeridade, transparência e economia às contratações.

De acordo com os dados constantes no Quadro 1, observa-se que os valores liquidados e pagos para contratações formalizadas por RDC não são expressivos. Isso se dá porque na universidade essa modalidade é destinada, exclusivamente, para contratações de obras e serviços de engenharia, em sua maioria relacionados a investimentos de capital, e com a centralização desses recursos no Ministério da Educação e liberação parcial ao longo do exercício. Assim, as contratações dessa modalidade são formalizadas no segundo semestre, reduzindo os valores liquidados e pagos.

De acordo com a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, a Administração deve realizar suas contratações utilizando, sempre que possível, uma das modalidades licitatórias, sendo as Dispensas e Inexigibilidades exceções a essa regra. Desta forma, entende-se como natural que, no Quadro 1, o volume de despesas liquidadas e pagas envolvendo Contratações Diretas seja inferior ao das Licitações.

Comparando-se os exercícios de 2021 e 2022 detalhados no Quadro 1, as despesas liquidadas originárias de Licitações e Contratações Diretas tiveram aumento, respectivamente, de 22,83% e 6,75%.

Analisando o Quadro 2, que trata dos recursos oriundos de descentralizações, observa-se que, assim como ocorrido com os créditos originários, os valores liquidados foram pagos em sua totalidade. Comparando-se os exercícios de 2021 e 2022, nota-se aumento de 27,70% no volume de despesas totais empenhadas, liquidadas e pagas.

A modalidade “Outros” apresenta a maior proporção dos recursos oriundos de descentralizações, correspondendo a 92,77% do total de despesas liquidadas e pagas. Nessa modalidade são englobados os valores que não se enquadram em nenhuma outra modalidade de licitação, como por exemplo, repasses para outras entidades e pagamentos de bolsas.

Os recursos de descentralizações são destinados, em sua maioria, para execução de projetos de pesquisa financiados por outras instituições, sendo natural que uma parcela expressiva seja direcionada para pagamento de bolsas ou repassada para fundações de apoio.

Nesse montante destacam-se R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) que se referem a recursos descentralizados pelo Ministério da Educação para viabilizar o projeto "Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares – UFABC – USP – UNISANTOS".

Os valores de descentralizações utilizados em contratações diretas ou licitações em 2022 são bastante similares, sendo observada uma redução acentuada, equivalente a 97,43%, quando comparado aos de 2021. Essa redução, contudo, não afetou a diferença dos valores totais, pois foram compensados pelos aumentos dos valores nas demais categoriais, em especial pelo classificado na conta "Outros", que registrou aumento de mais de 250% de 2021 para 2022.

8.4 Transferência de Recursos

8.3.1 Preencha o quadro 3 a respeito dos valores das transferências vigentes no exercício de 2022. A informação deverá ser apresentada por concedente ou contratante, o conjunto de instrumentos de transferências vigentes no exercício, informando o tipo e identificação da transferência, a identificação do beneficiário, os valores e as contrapartidas pactuadas, os repasses efetuados no exercício e acumulados até o final do exercício, as datas de início e fim de vigência, considerados todos os termos aditivos, bem como a situação da transferência registrada no SIAFI ou outro sistema equivalente. Deve ser elaborado um quadro específico para cada concedente ou contratante que compor o Relatório de Gestão.

Observação:

Os instrumentos de transferência classificados como Termo de Parceria não devem ser tratados neste item, estes serão informados pela Assessoria de Cooperações Institucionais e Convênios - ACIC.

Posição em 31.12.2022

Quadro 3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome:										
CNPJ:			**UG/GESTÃO:**							
Informações sobre as Transferências										
Modalidade	**Nº do instrumento**	**Beneficiário**	**Valores Pactuados**		**Valores Repassados**		**Vigência**		**Sit.**
			Global	**Contrapartida**	**No Exercício**	**Acumulado até o Exercício**	**Início**	**Fim**	
LEGENDA									
Modalidade:			**Situação da Transferência:**						
1 - Convênio			**1 - Adimplente**						
2 - Contrato de Repasse			**2 - Inadimplente**						
3 - Termo de Cooperação			**3 - Inadimplência Suspensa**						
4 - Termo de Compromisso			**4 - Concluído**						
			5 - Excluído						
			6 - Rescindido						
			7 - Arquivado						
Fonte:									

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Unidade Concedente ou Contratante: preencher com a denominação ou a razão social, com o código da UG do SIAFI (se houver) e com o CNPJ (se houver) da UJ concedente ou contratante. Se o concedente ou contratante for um consórcio, deverão ser identificados todos os membros que o compõem.

Informações sobre as transferências voluntárias

Neste item, devem ser informados todos os instrumentos de transferências que tenham como polo ativo (contratante, concedente, etc.) uma UJ que estiver apresentando o Relatório de Gestão ou que componha o conjunto de unidades relacionadas no Relatório e que tenha vigido, por qualquer tempo, no exercício de 2022. Deve contemplar, inclusive, os instrumentos cuja vigência irá se prolongar para exercícios seguintes ao de referência. As informações prestadas deverão refletir a situação em 31.12.2022.

Modalidade: Identifica a modalidade de transferência realizada e deve ser preenchida com o código correspondente abaixo:

1 - Convênio: acordo ou ajuste que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando à execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de cooperação mútua;

2 - Contrato de Repasse: instrumento administrativo por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal atuando como mandatário da União;

3- Termo de Cooperação: instrumento por meio do qual é ajustada a transferência de crédito de órgão ou entidade da Administração Pública Federal para outro órgão federal da mesma natureza ou autarquia, fundação pública ou empresa estatal dependente;

4 - Termo de Compromisso: instrumento pelo qual é realizada a transferência obrigatória de recursos para o PAC, nos termos da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007.

Nº do Instrumento: número pelo qual o instrumento utilizado para a transferência (contrato, convênio, termo, etc.) é identificado nos controles da UJ ou nos sistemas pertinentes.

Beneficiário: informar o CNPJ, CPF ou UG (não informar o nome) do beneficiário caso seja pessoa jurídica, pessoa física ou órgão da administração, respectivamente.

Valores Pactuados: informar os valores pactuados no ato da assinatura do instrumento, conforme a seguir:

- Global: informar o valor total pactuado, considerados todos os termos aditivos ao termo original da transferência;
- Contrapartida Pactuada: Valor da contrapartida em Reais (R$). Caso a contrapartida seja não financeira (efetuada em bens e serviços) deve-se fazer a conversão em moeda de acordo com as cláusulas do instrumento.

Valores repassados: informar os valores repassados relativamente a cada um dos instrumentos de transferência, observando-se o seguinte:

- No exercício: informar, para cada instrumento de transferência, o valor total de recursos transferidos no exercício de referência do relatório de gestão;
- Acumulado até o exercício: informar, para cada instrumento de transferência, o valor total dos recursos transferidos em qualquer época de sua vigência, acumulado até o final do exercício de referência do Relatório de Gestão.

Vigência: A vigência está dividida em dois (2) campos: Início – correspondendo a data de início da execução do instrumento de transferência; e Fim – correspondendo a data prevista para o seu término, considerando-se todos os termos aditivos.

Situação: Informar a situação de cada instrumento de transferência de acordo com a classificação a seguir, considerando a situação em 31 de dezembro do exercício de referência do relatório:

1 - Adimplente: indica que a transferência voluntária está em execução normal em 31.12.2022;

2 - Inadimplente: indica que o convenente encontra-se inadimplente perante o concedente, em 31.12.2022, seja pelo descumprimento de prazos, seja pela falta de apresentação de documentação necessária à prestação de contas;

3 - Inadimplência Suspensa: indica que um convênio que, anteriormente inadimplente, teve a inadimplência suspensa em razão de recursos administrativo ou judicial;

4 - Concluído: indica que o convênio foi concluído a termo dentro do exercício de referência;

5 - Excluído: indica que o instrumento foi excluído em razão de ter sido cadastrado com erro ou indevidamente;

6 - Rescindido: indica que o instrumento foi rescindido por descumprimento de cláusulas pactuadas, principalmente em razão de: a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho; b) aplicação dos recursos no mercado financeiro; e c) falta de apresentação das Prestações de Contas Parciais e Final, nos prazos estabelecidos;

7 - Arquivado: indica que o convênio foi arquivado nos termos do artigo 17 do Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007, ou nos termos da IN TCU nº 71/2012.

8.5 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

8.5.1 De maneira geral, de que forma a UFABC realiza a gestão dos valores inscritos em restos a pagar?

A inscrição e a reinscrição dos empenhos em Restos a Pagar são baseadas na legislação que regulamenta esse tipo de despesa. A Coordenação de Gestão Financeira e Contábil (CGFC) trabalha no controle dos saldos e realiza a análise desses empenhos periodicamente durante o exercício, com vistas à utilização desses recursos pelas áreas demandantes ou cancelamento dos saldos que eventualmente não sejam utilizados.

8.5.2 Preencha o quadro 4 com informações quantitativas sobre restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, vigentes no exercício de 2022.

Quadro 4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante 01/01/2022**	**Pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2022**
2021	29.696.678,60	18.515.460,80	380.793,85	10.800.423,95
2020	21.795.988,65	9.872.905,78	99.968,38	11.823.114,49
2019	6.918.737,66	5.633.721,40	1.285.016,26	-
Total	58.411.404,91	34.022.087,98	1.765.778,49	22.623.538,44
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante 01/01/2022**	**Pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2022**
2021	17.099.645,41	17.099.645,41	-	-
2020	274.787,30	148.795,15	-	125.992,15
2019	106.972,77	-	-	106.972,77
2018	204.230,60	204.230,60	-	-
2017	-	-	-	-
2016	195.241,39	192.343,96	-	2.897,43

2015	18.311,21	-	-	18.311,21
2014	42.351,07	-	-	42.351,07
Total	17.941.539,75	17.645.015,12	-	296.524,63

Fonte: ProAd/CGFC

Portaria TCU nº 90/2014

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS DO QUADRO 4

As informações do Quadro 4 referem-se aos restos a pagar, vigentes em 1º/1/2022, ou seja, inscritos em outros exercícios e que permaneceram válidos em janeiro de 2022.

Restos a Pagar Processados: Montante dos valores inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2022, e que já tenham passado pelo processo de liquidação da despesa. Inclui os valores que originalmente foram inscritos em restos a pagar não processados, mas que já passaram pelo processo de liquidação da despesa. Ex: Valor inscrito em 2018 em restos a pagar não processado, que tenha passado pelo processo de liquidação em 2021, sem o correspondente pagamento, constará do quadro referente a 2022 como “Restos a Pagar Processado”, conforme registro SIAFI.

Restos a Pagar não Processados: Montante dos valores inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores, vigentes em 2022, que não tenham passado pelo processo de liquidação da despesa até 1º/1/2022.

Ano de Inscrição: Ano no qual ocorreu a inscrição dos restos a pagar vigentes em 1º/1/2022. Devem ser relacionados todos os anos de inscrição de restos a pagar vigentes em 2022;

Montante 1º/1/2022: Montante do valor de restos a pagar vigente em 1º/1/2021 por ano de inscrição. Em algumas situações representará o “saldo” dos valores que forem inscritos em determinado exercício, mas que ainda não foram pagos ou liquidados. Ex: Caso tenha sido inscrito ao final de 2018 o valor de vinte mil reais em restos a pagar processados e tenha sido pago, no decorrer de 2021, o valor de quinze mil reais, não ocorrendo cancelamento de nenhum valor e continuando vigente o crédito, o montante a ser informado no quadro será de cinco mil reais na linha referente à inscrição 2018.

Cancelamento: Somatório dos valores de restos a pagar cancelados no decorrer do exercício do relatório de gestão;

Pagamento: Somatório dos valores pagos pela UJ a título de restos a pagar no decorrer do exercício do relatório de gestão;

Saldos a Pagar em 31/12/22: Representa o saldo dos restos a pagar que não foram cancelados ou pagos. Constitui o resultado da seguinte equação:

Saldo em 31/12/2022 = Montante 01/01/2022 - Pagamento - Cancelamento

8.5.3 Qual análise se faz da gestão dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores considerando:

a) os impactos porventura existentes na gestão financeira no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores;

b) as razões e/ou circunstâncias que fundamentam a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro sem pagamento, caso existente, inclusive no que se refere a possível descumprimento do que preconiza a Lei 4320/64 quando de sua inscrição, notadamente quanto à necessidade de existência de obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição, para caracterização da existência do empenho, conforme entendimento que fundamentou o Acórdão 2659/2009- TCU- Plenário;

c) a existência de registro no SIAFI como “vigentes” de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores ao exercício de 2022 sem que sua vigência tenha sido prorrogada.

A inscrição de empenhos de 2022 para a condição de Restos a Pagar Não Processados em 2023, assim como a reinscrição de empenhos de exercícios anteriores, estão em conformidade com a legislação vigente.

Ao longo dos anos a ProAd, por intermédio da Divisão de Contabilidade da CGFC, tem analisado todos os empenhos inscritos em Restos a Pagar Não Processados e, junto com as respectivas áreas demandantes, realizou a execução ou o devido cancelamento dos mesmos. Analisando o Quadro 4 observa-se que foram resolvidos 61,27% dos Restos a Pagar Não Processados, sendo que os valores pagos representam 58,25% e os cancelados 3,02%.

O Decreto nº 9.428, de 28 de junho de 2018 e suas alterações definiram, em resumo, o dia 31 de dezembro de cada ano como sendo o prazo final para a execução dos empenhos reinscritos em Restos a Pagar Não Processados. Assim, em 31 de dezembro de 2022 os empenhos emitidos até 2019 e que ainda possuíam saldo seriam cancelados, porém a CGFC havia feito análise prévia dos valores e realizou o cancelamento dos empenhos ao longo do exercício. Os Restos a Pagar Não Processados reinscritos, relativos aos exercícios anteriores a 2021, que representam 36,65% do saldo a pagar registrado em 31 de dezembro de 2022, têm em sua maior parcela (94,11%) despesas de investimentos, composta por empenhos referentes às obras em andamento na UFABC.

No Quadro 4 observa-se que foram resolvidos 98,35% dos Restos a Pagar Processados, sendo importante destacar que os de exercícios anteriores a 2020 apresentam como beneficiárias empresas que têm pendências administrativas ou judiciais com a UFABC, procedendo-se a retenção de seus pagamentos até a resolução das mesmas.

8.6 Suprimento de Fundos

8.6.1 De maneira geral, de que forma a UFABC realiza a gestão de suprimentos de fundos?

A concessão e a gestão de suprimentos de fundos são feitas visando a atender a necessidade das áreas em relação à utilização deste recurso como modalidade de contratação e têm sido pautada pelo atendimento à legislação específica.

A utilização é feita por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal (CPGF), uma vez que a legislação não permite o uso da Conta Tipo B nas instituições de características similares à UFABC.

8.6.2 Preencha o quadro 5 demonstrando a despesa consolidada com suprimentos de fundos realizada com utilização da Conta Tipo "B" e do cartão corporativo.

Quadro 5 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão		Valor do maior limite individual concedido
			Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Qtd	Valor Total	
2022	154503	UFABC	4	10.000,00	2.000,00
2021	154503	UFABC	1	1.000,00	1.000,00
2020	154503	UFABC	2	2.000,00	1.000,00

Fonte: ProAd/CGFC

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Exercício Financeiro: Exercício financeiro de concessão do limite a ser utilizado como suprimento de fundos, considerando o de referência do Relatório de Gestão e os dos dois imediatamente anteriores.

Unidade Gestora (UG) do SIAFI: Informação do código e do nome ou sigla que identifique a unidade gestora do SIAFI na qual foi concedido o suprimento. Devem ser relacionadas todas as UG da UJ em que tenha sido registrado suprimento.

Meio de Concessão

Conta Tipo B: Conta bancária destinada à movimentação de suprimento de fundos, desdobrada por:

- **Quantidade**: quantitativo anual de suprimento de fundos concedido ao conjunto de supridos de cada UG da UJ, no respectivo exercício financeiro, para realizarem a aplicação de recursos utilizando-se da Conta Tipo B. Devem ser computados, inclusive, os suprimentos concedidos a um mesmo responsável em períodos diferentes durante o exercício.

- **Valor Total**: montante financeiro anual concedido aos supridos de cada UG que compõe UJ para a realização de despesas com a utilização da Conta Tipo B.

Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF): emitido em nome de UG, destinado a representante do Governo Federal para pagamento de bens, serviços e despesas autorizadas, desdobrando-se em:

- **Quantidade**: quantitativo anual de suprimento de fundos concedido ao conjunto de supridos de cada UG que compõe a UJ, nos respectivos exercícios financeiros, para realizarem a aplicação de recursos utilizando-se do CPGF. Devem ser computados, inclusive, os suprimentos concedidos a um mesmo responsável em períodos diferentes durante o exercício.

- **Valor Total**: montante financeiro anual concedido aos supridos de cada UG que compõe UJ para a realização de despesas com a utilização do CPGF.

Valor do maior limite individual concedido: Informar o valor do maior limite concedido aos supridos. Se o maior limite concedido for superior ao estabelecido pelas normas que regem a concessão de suprimento de fundos, o fato deve ser explicado e justificado no texto relativo à análise crítica.

8.7 Utilização de Suprimento de Fundos

O quadro 6 abaixo correspondente ao segundo demonstrativo e visa evidenciar os valores efetivamente utilizados a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, bem como a quantidade de vezes que suprimento foi utilizado na modalidade de Conta Tipo B e de saques efetuados na modalidade CPGF, no exercício de referência e no imediatamente anterior.

8.7.1. Preencha o quadro 6 com informações sobre valores efetivamente utilizados a título de suprimento de fundos, tanto na forma de Conta Tipo B, quanto por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF.

Quadro 6 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
			Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2022	154503	UFABC	0	-	4.041,68	4.041,68
2021	154503	UFABC	0	-	-	-

Fonte: ProAd/CGFC

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Exercício: Exercício financeiro em que as despesas foram realizadas com uso de suprimento de fundos, considerando o de referência do relatório de gestão e o imediatamente anterior.

Unidade Gestora (UG) do SIAFI: Informação do código e do nome ou sigla que identifique a unidade gestora do SIAFI na qual foi registrado o uso do suprimento. Devem ser relacionadas todas as UG da UJ em que tenha sido registrado suprimento.

Conta Tipo B: Informações sobre a utilização de suprimento por intermédio de conta bancária específica, desdobrando-se em:

- **Quantidade**: quantitativo anual de utilização de suprimento de fundos pelo conjunto de supridos de cada UG da UJ, no respectivo exercício financeiro, por intermédio de Conta Tipo B. A quantidade de utilização deve corresponder à quantidade de débitos efetuados na conta bancária.
- **Valor Total**: montante financeiro anual efetivamente utilizado pelos supridos de cada UG que compõe UJ para a realização de despesas com a utilização da Conta Tipo B. As eventuais devoluções de valores devem ser deduzidas.

Cartão de Pagamento do Governo Federal: Informações sobre a utilização de suprimento por intermédio do CPGF, desdobrando-se em:

Saque: Informação sobre o somatório anual dos recursos financeiros sacados em espécie pelo conjunto de portadores de cartão de crédito corporativo de cada UG que compõe a UJ:

Quantidade: quantitativo anual das operações realizadas pelo conjunto de portadores da UG da UJ, nos respectivos exercícios financeiros, com a utilização do cartão corporativo na modalidade de saque.

Valor: montante financeiro anual dos saques efetuados pelos portadores de cartão corporativo de cada UG da UJ.

Fatura: Informação sobre o uso anual do CPGF em transações da função crédito pelo conjunto de portadores de cartão de crédito corporativo de cada UG que compõe a UJ:

Valor: montante financeiro anual, despendido pelos portadores de cada UG da UJ para a realização de despesas com a utilização do cartão de crédito corporativo, na modalidade fatura.

Total: Somatório dos valores utilizados pelo conjunto dos portadores de CPGF de cada UG da UJ, em Real, na modalidade de saque e na função crédito do cartão, no exercício de referência e no imediatamente anterior.

8.7.2 Preencha o quadro 7 a fim de evidenciar os tipos de despesas que foram realizadas com o uso de suprimentos de fundos.

Quadro 7 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
154503	UFABC	339030	07 – Gêneros de alimentação	194,47
			11 – Material químico	132,00
			15 – Material para festividades e homenagens	79,96
			17 – Material de TIC	366,18
			21 – Material de copa e cozinha	153,78
			25 – Material para manutenção de bens móveis	1.317,66
			28 – Material de proteção e segurança	921,73
			31 – Sementes, mudas de plantas e insumos	52,00
			35 – Material laboratorial	277,10
			36 – Material hospitalar	546,80
			Total	4.041,68

Fonte: ProAd/CGFC

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Unidade Gestora (UG) do SIAFI: Informação do código e do nome ou sigla que identifique a unidade gestora do SIAFI na qual a despesa com uso de suprimento de fundos foi registrada. Devem ser relacionadas todas as UG da UJ em que tenha sido registrado uso de suprimento em qualquer modalidade.

Classificação do Gasto: Identificação do montante gasto com suprimento de fundos, em qualquer modalidade e por intermédio de qualquer meio (Conta Tipo B e CPGF), em cada elemento e subitem de despesa, considerando cada UG que compõe a UJ.

Elemento de Despesa: Indicação do objeto de gasto em que foi aplicado o suprimento de fundos em cada UG da UJ. Devem ser indicados o código e o nome do Elemento de Despesa. Cada Elemento de Despesa em que foram aplicados os fundos supridos podem se desdobrar em subitens, os quais devem ser especificados conforme coluna a seguir;

Subitem da Despesa: Indicação do menor detalhamento da despesa efetuado com uso do suprimento de fundos. Devem ser indicados o código e o nome do Subitem da Despesa;

Total: Montante gasto em cada Subitem da Despesa, em cada UG que compõe a UJ. Pode-se totalizar, também, por Elemento de Despesa.

8.7.3 Qual análise se faz dos quadros 6 a 7, a respeito da gestão dos recursos utilizados por meio da sistemática de suprimentos de fundos? Consignando inclusive informações sobre controles internos instituídos para assegurar que a aplicação de tais recursos está em conformidade com a legislação vigente.

Com o retorno das atividades presenciais em 2022, houve um aumento nos gastos com o suprimento de fundos comparado com 2021, porém, mantiveram-se os valores gastos antes da pandemia.

Mesmo considerando uma instituição do porte da UFABC, a utilização de suprimento de fundos para aquisições de pequeno vulto e emergenciais tem sido pequena, não chegando a R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por exercício.

A CGFC promove rigoroso controle sobre a utilização desse meio de pagamento, destacando-se o suporte dado ao usuário quando da utilização efetiva do Cartão de Pagamentos do Governo Federal (CPGF), tendo como base a legislação vigente. O alcance desse controle é a aprovação de todas as prestações de contas advindas de sua utilização.

8.7.4 Ainda em relação aos quadros 6 a 7, quais as razões que levaram o gestor a optar pelo uso de medidas excepcionais tais como saques, uso de conta bancária, extrapolação de limites etc.? Detalhando também a situação geral das prestações de contas retratando, em especial, as razões para eventual não apreciação de prestações de contas já apresentadas e as medidas adotadas em relação às prestações de contas não aprovadas.

No exercício de 2022 não houve gastos no cartão de suprimento de fundos na modalidade saque e não existem pendências de prestações de contas.

8.8 Patrimônio

8.8.1 Quais foram as medidas, critérios e procedimentos para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da UFABC? Deve-se considerar os critérios estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente.

A depreciação dos ativos permanentes móveis tem sido parcialmente realizada, uma vez que existem divergências entre os saldos das contas do controle físico patrimonial e os valores contabilizados.

Todos os patrimônios têm tido suas respectivas depreciações calculadas individualmente, mas apenas as contas que apresentam perfeita consonância com os valores lançados no SIAFI têm sido apresentadas e registradas junto à contabilidade.

Os saldos das contas do controle físico patrimonial foram analisados e as diferenças que puderam ser apuradas foram adequadas. As demais diferenças deverão ser alvo de novas análises com o intuito de diminuí-las ainda mais. A estratégia é abater parte dos valores através da solicitação de baixas relacionadas a bens de valor irrisório e que ao longo do tempo deixaram de ser classificados como material permanente, mas permanecem na base de dados patrimoniais por terem sido lançados antes deste novo entendimento acerca das classificações.

As contas de bens móveis que apresentam seus valores gerenciais em condições de igualdade com a sua contabilização e são integralmente depreciadas são as da Tabela x24 a seguir:

TABELA x24 – Contas que sofrem depreciação e estão ajustadas ao SIAFI

Código	Descrição
123110104	Aparelho e Equipamento para Esportes e Diversões
123110105	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro
123110404	Instrumentos Musicais e Artísticos
123110106	Máquinas e Equipamentos Industriais
123110108	Máquinas e Equipamentos Gráficos
123110302	Máquinas e Utensílios de Escritório
123110121	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos
123110120	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários
123110503	Veículos de Tração Mecânica

Fonte: SIE - Relatório Código: 05.02.99.04.92 - Relatório de Depreciação de Todas as Categorias

Os cálculos para a depreciação obedecem ao método das quotas constantes compatível com a vida útil econômica do ativo e aplicado uniformemente durante esse período.

8.9. Gestão de Custos

8.9.1 Qual o estágio de desenvolvimento e da sistemática de apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas, bem como dos bens e serviços resultantes da atuação da UFABC, especialmente aqueles decorrentes da execução dos seus objetivos estratégicos?

Considerando:

a) a identificação da estrutura orgânica da unidade jurisdicionada responsável pelo gerenciamento de custos (subunidade, setor etc.), bem como da setorial de custos a que se vincula, se for o caso;

b) a identificação das subunidades administrativas da unidade jurisdicionada das quais os custos são apurados;

c) a descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos;

d) as práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos;

e) os impactos observados na atuação da unidade jurisdicionada, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos;

f) os relatórios utilizados pela unidade jurisdicionada para análise de custos e tomada de decisão.

Salvo o controle orçamentário, não há, no âmbito da Instituição, qualquer outra sistemática de apuração dos custos de programas e das unidades administrativas resultantes da atuação da UFABC.

8.10. Conformidade contábil

8.10.1 De que forma é realizada a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada? Levando em consideração:

a) a descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da UFABC, identificando a instância responsável pela realização de tal conformidade e as unidades gestoras executoras do SIAFI e fazendo referência à observância da segregação de função no processo de registro da conformidade;

b) as informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício;

c) a descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de 2022 do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização.

A conformidade contábil relativa à gestão orçamentária, financeira e patrimonial é realizada por servidores destacados para o cumprimento dessa função, os quais não executam rotinas de execução orçamentária e financeira.

As ocorrências abaixo foram registradas em todos os meses do exercício de 2022, e se dão pela falta de registro de amortização e depreciação.

642 - FALTA/REG. INCOMP. DEPREC, AMORT, EX.-AT.IMOB
643 - FALTA/EVOL.INCOMPATIVEL AMORTIZ.AT.INTANGÍVEL

A falta desse registro ocorre uma vez que não há um controle sobre a vida útil desses bens/direitos dentro da Universidade e, por esse motivo, não é possível realizar os lançamentos correspondentes de depreciação e de amortização.

8.10.2 Quais os critérios e procedimentos, estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, aplicados na UFABC, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.? As informações prestadas devem conter, no mínimo:

a) Se a UFABC está ou não aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;

b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima;

c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;

d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;

e) As taxas utilizadas para os cálculos;

f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UFABC no exercício.

A Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.9 dispõe sobre a depreciação, amortização e exaustão dos bens da União. A depreciação dos bens móveis lotados na UFABC foi parcialmente realizada em 2022 em sistema próprio (SIE) pela Divisão de Patrimônio, porém não houve os lançamentos equivalentes nas contas do SIAFI, tendo em vista que os saldos das contas do controle físico patrimonial estão em desacordo com os valores contabilizados nas contas do sistema.

A metodologia de cálculo utilizada é o da depreciação linear do ativo, conforme determina a macrofunção 02.03.30/STN. As taxas utilizadas no cálculo e a metodologia adotada para estimar a vida útil do ativo são as mesmas da legislação citada.

Em relação ao disposto na NBC T 16.10, que versa sobre avaliação e mensuração de ativos, não foram realizadas ações de reavaliação dos materiais permanentes, e consequentemente, não há registro de impacto.

8.11. Desempenho financeiro

8.11.1 Descreva o desempenho financeiro da UFABC no exercício demonstrando os resultados obtidos pela Universidade na condução da sua gestão financeira e faça a análise crítica sobre esse desempenho, observando os seguintes pontos:

a) Deve-se buscar demonstrar as informações relevantes sobre o fluxo financeiro de forma a demonstrar a compatibilidade e sincronismo entre ingressos e dispêndios financeiros;

b) Deve-se detalhar as eventuais dificuldades enfrentadas pela área na sua gestão tais como contingenciamento, limitação de gastos, dificuldade de estimação dos ingressos;

c) Apresentar os indicadores para o monitoramento do desempenho financeiro, caso houver.

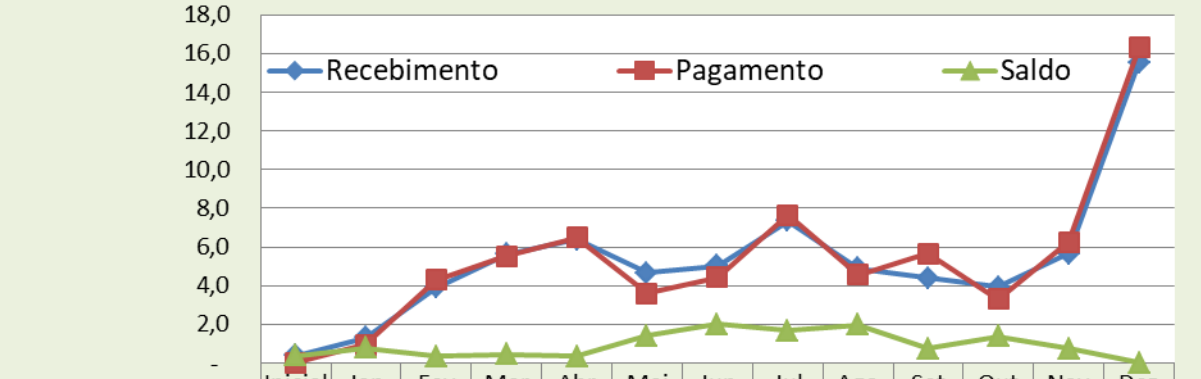
d) Apresentar o resumo da situação financeira da UFABC (saldos das principais contas e/ou grupos de contas, resultados, receitas e despesas) e da evolução no exercício de referência e em comparação com o último exercício.

Em regra, os recursos financeiros foram repassados mensalmente pelo MEC com base nos compromissos liquidados, sendo os pagamentos efetuados de forma contínua ao longo do exercício de 2022.

O mês de dezembro foi considerado atípico, pois foi iniciado com o contingenciamento de recursos financeiros, implicando na impossibilidade de realizar pagamentos de despesas básicas já executadas. O problema foi solucionado apenas no dia 16 (dezesseis), quando foram recebidos recursos correspondentes aos valores totais liquidados, possibilitando a regularização das pendências. Ainda no mês de dezembro foram realizados novos repasses em quantia superior ao normal para o período.

Desta forma, o exercício foi finalizado com poucos pagamentos pendentes e uma parcela inexpressiva de recursos financeiros disponíveis, conforme observa-se na análise do Gráfico 3.

Gráfico 3 – Recebimento e Utilização de Recursos Financeiros (em R$ 1.000.000,00)



	Inicial	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Recebimento	0,4	1,3	3,9	5,6	6,4	4,6	5,0	7,3	4,9	4,4	3,9	5,6	15,5
Pagamento	0,0	0,9	4,3	5,5	6,5	3,6	4,4	7,7	4,6	5,6	3,3	6,2	16,3
Saldo	0,4	0,8	0,3	0,4	0,3	1,4	2,0	1,7	2,0	0,7	1,4	0,8	0,0

Fonte: Comissão de Natureza Orçamentária e Administrativa (CANOA) - Relatório Orçamentário e Financeiro 2022

8.12. Demonstrações contábeis

8.12.1 Apresente, se for o caso, as Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas observando os seguintes pontos:

a) Caso a UFABC não tenha elementos para elaboração das demonstrações estabelecidas nas normas poderão ser elaborados quadros especiais relativos às informações contábeis de determinado aspecto de sua gestão;

b) Caso não seja possível a elaboração das demonstrações contábeis ou quadros especiais por alguma deficiência operacional (de sistemas, por exemplo), a unidade excepcionalmente neste exercício, poderá apresentar as justificativas da não apresentação e demonstrar as medidas que estão sendo adotadas para a regularização na prestação de contas do exercício seguinte.

As demonstrações contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstrativo das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstrações de Fluxos de Caixa, bem como as Notas Explicativas e a Declaração do Contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no SIAFI – com ressalvas, estão compiladas em documento distinto, como ANEXO I. Destaca-se que o mesmo documento foi remetido aos órgãos superiores através do SIAFIWeb.

8.13. Declaração do contador

8.13.1 Preencha a "declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis do SIAFI", sendo que são apresentadas duas sugestões de estrutura da declaração: uma para a declaração plena, quando as demonstrações contábeis e os registros contábeis estão livres de distorções relevantes; outra para a declaração com ressalvas, quando as demonstrações contábeis ou os registros contábeis estão afetados por alguma distorção relevante.

Conforme informado anteriormente, a Declaração do Contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no SIAFI – com ressalvas, está sendo apresentada junto ao ANEXO I.

Declaração

Quadro 8 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UPC)	**Código da UG**
Fundação Universidade Federal do ABC	154503

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2022, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local		**Data**	
Contador Responsável		**CRC nº**	

Declaração com Ressalva

Quadro 9 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	**Código da UG**
Fundação Universidade Federal do ABC	154503

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2022, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:
a).....
b).....

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local		**Data**	
Contador Responsável		**CRC nº**	

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS (Comum aos Quadros 8 e 9)

Conteúdos determinados pela Portaria TCU Nº 321/2015:

Denominação completa: A denominação da UJ depende da sua natureza jurídica. Em se tratando de órgão da administração direta ou fundos ou serviços sociais autônomos, será a denominação definida no ato de criação ou na norma que fixar a estrutura orgânica do órgão superior. No caso de se tratar de entidade da administração indireta será a denominação aposta nos registros de constituição da UJ como pessoa jurídica.

Código da UG: É o código das UG constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI que o utilizam em sua modalidade total.

Texto da Declaração: É o campo destinado ao registro da declaração do Contador, segundo os quadros 8 e 9 deste item, conforme a situação das demonstrações contábeis.

Local: Localidade da federação onde se situa a UJ e/ou onde a Declaração foi elaborada.

Data: Dia, mês e ano de elaboração da Declaração.

Contador Responsável: Nome do Contador responsável pela contabilidade da UJ e pela emissão da Declaração.

CRC nº: Número do registro do Contador junto ao Conselho Regional de Contabilidade

8.14. Geral

8.14.1 Para além dos temas apontados aqui, se achar pertinente, pode descrever outros processos, iniciativas ou ações sob sua responsabilidade que avalia importante destacar como relevante em 2022.

O ano de 2022 foi bastante desafiador para toda a Universidade, com destaque para a retomada das atividades presenciais e pelos inúmeros bloqueios, contingenciamentos e cortes orçamentários e financeiros ocorridos ao longo do ano.

Depois de quase dois anos e meio, as atividades presenciais foram retomadas em junho e toda a comunidade precisou se readequar às rotinas e formas de desenvolvimento das atividades. Essa ação também foi acompanhada pelas discussões de normatização e formalização das atividades em teletrabalho, conferindo melhor flexibilidade e qualidade de vida para os servidores técnico-administrativos.

Dando continuidade às ações identificadas no Relatório do Grupo de Trabalho (GT) instituído pela Portaria nº 149/2021 – REIT, publicada no Boletim de Serviço nº 1022, de 12 de fevereiro de 2021 e reconduzido pela Portaria nº 1713/2021 – REIT, publicada no Boletim de Serviço nº 1048, de 12 de maio de 2021, ao longo de 2022 foi realizada a revisão e reclassificação dos documentos digitais emitidos no SIG/SIPAC. Tal ação visava restringir o acesso a documentos que

constasse dados pessoais e dados pessoais sensíveis, garantindo maior proteção e segurança aos membros da comunidade e das empresas que possuem relação com a Universidade.

Ainda de forma a melhor atender aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e auxiliar na realização das atividades em formato de teletrabalho, foi publicada no Boletim de Serviço nº 1198, de 29 de novembro de 2022 a Portaria nº 2952/2022 - REIT, que regulamenta os procedimentos relativos ao acesso de documentos e processos, físicos ou eletrônicos, e ao transporte de documentos e processos físicos para fora das dependências da UFABC por seus servidores.

Outras recomendações apresentadas no Relatório do GT que estudou a LGPD ainda não puderam ser implementadas por necessitarem de uma ação mais ampla e diretamente ligada à Reitoria, devendo ser retomadas em 2023.

A ProAd participou, ainda, de reuniões semanais do Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGRC), instituído pela Portaria da Reitoria nº 121/2017, publicada no Boletim de Serviço nº 633, de 07 de março de 2017, com destaque para as reuniões em que foram discutidas e validadas as respostas ao programa da Controladoria Geral da União (CGU) para Avaliação dos Planos de Integridade e da Ação de Auditoria Interna que avaliou a Governança da UFABC.

Dessas ações foram identificadas necessidades de melhor estruturação e divulgação das ações de governança e integridade, a serem desenvolvidas em 2023 e nos anos seguintes, com destaque para a elaboração do regimento interno do CGRC e da implementação da Gestão Baseada em Riscos na Pró-Reitoria de Administração.

Em razão da vasta gama de ações desenvolvidas em 2022, não foi possível concluir a revisão e aprovação dos Regimentos Internos e reestruturar o organograma das diferentes unidades da Universidade. Por sua importância, deve ser uma das ações prioritárias a serem retomadas nos próximos exercícios.

Outras ações importantes a serem realizadas com a participação da ProAd são a elaboração do novo Plano de Dados Abertos e do Plano de Logística Sustentável da UFABC, a serem executadas desde os primeiros meses do exercício de 2023. Também deverão ser definidos fluxos e procedimentos para recomposição dos processos físicos que tramitaram ou ainda tramitam em ambiente remoto do SIG/SIPAC, posto que esta foi uma alternativa emergencial adotada no início da suspensão das atividades presenciais em 2020, quando acreditava-se que o retorno às atividades presenciais seria célere.

Em conjunto com a Reitoria, nos próximos meses deve ser finalizada e publicada uma Portaria instituindo normas e procedimentos patrimoniais na UFABC tais como recebimento e distribuição de bens patrimoniais, responsabilidade e movimentação patrimonial, inventário, desfazimento, apuração de ocorrências relacionadas ao dano ou desparecimento de bem público, doações, cessões e empréstimos.

Será acompanhado, junto ao Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior (Forplad) e ao Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da UFABC o andamento das negociações para eventual implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS).

Para 2023 será ainda retomada a conversa com a Alumni, entidade representativa dos egressos da UFABC, de forma a auxiliá-la em sua estruturação para conectar e apoiar o crescimento dos alunos e ex-alunos da Universidade, monitorar e manter atualizado os dados pessoais e profissionais dos egressos.

Também serão retomadas, nos próximos anos, as discussões para normatização da organização de eventos com financiamento externo, buscando formas alternativas para patrocínio de congressos, simpósios e outros tipos de eventos que auxiliem na divulgação das ações acadêmicas e de pesquisas da Universidade.

Por fim, entende-se importante a participação da ProAd nas discussões e elaboração de normas que tratem da instituição de fundos patrimoniais na UFABC, que deve ganhar destaque nos próximos anos.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26352 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2022	Anual
EMISSAO	**PAGINA**
01/02/2023	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	**23.559.032,85**	**22.983.177,09**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**18.009.519,87**	**18.369.745,96**
Créditos a Curto Prazo	**811.423,62**	**608.419,62**
Demais Créditos e Valores	811.423,62	608.419,62
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	**-**	**-**
Estoques	**4.738.089,36**	**4.005.011,51**
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	**-**	**-**
VPDs Pagas Antecipadamente	**-**	**-**
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**857.548.197,94**	**835.715.714,91**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**-**	**-**
Estoques	-	-
Investimentos	**-**	**-**
Participações Permanentes	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-
Imobilizado	**852.404.238,98**	**830.579.851,50**
Bens Móveis	231.594.998,00	225.089.371,77
Bens Móveis	233.227.829,78	226.801.853,55
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.632.831,78	-1.712.481,78
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
Bens Imóveis	620.809.240,98	605.490.479,73
Bens Imóveis	620.809.240,98	605.490.479,73
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	**5.143.958,96**	**5.135.863,41**
Softwares	5.143.708,96	5.135.613,41
Softwares	5.143.708,96	5.135.613,41
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	250,00	250,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	250,00	250,00
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE	**70.001.924,82**	**66.877.793,93**
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	**22.608.367,94**	**24.938.032,36**
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	**-**	**-**
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	**628.062,77**	**736.202,69**
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	**-**	**-**
Transferências Fiscais a Curto Prazo	**-**	**-**
Provisões a Curto Prazo	**-**	**-**
Demais Obrigações a Curto Prazo	**46.765.494,11**	**41.203.558,88**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**-**	**-**
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	**-**	**-**
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	**-**	**-**
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	**-**	**-**
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	**-**	**-**
Transferências Fiscais a Longo Prazo	**-**	**-**
Provisões a Longo Prazo	**-**	**-**
Demais Obrigações a Longo Prazo	**-**	**-**
Resultado Diferido		**-**
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	**70.001.924,82**	**66.877.793,93**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Patrimônio Social e Capital Social	**-**	**-**
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	**-**	**-**
Reservas de Capital	**-**	**-**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	**-**	**-**
Reservas de Lucros	**-**	**-**
Demais Reservas	**-**	**-**
Resultados Acumulados	**811.105.305,97**	**791.821.098,07**
Resultado do Exercício	19.512.111,78	8.067.959,94
Resultados de Exercícios Anteriores	791.821.098,07	783.753.138,13
Ajustes de Exercícios Anteriores	-227.903,88	
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	**-**	**-**
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**811.105.305,97**	**791.821.098,07**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26352 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2022	Anual
EMISSAO	**PAGINA**
01/02/2023	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2022**	**2021**	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	**-**	**-**			
TOTAL DO ATIVO	**881.107.230,79**	**858.698.892,00**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**881.107.230,79**	**858.698.892,00**

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2022**	**2021**	ESPECIFICAÇÃO	**2022**	**2021**
ATIVO FINANCEIRO	**18.009.519,87**	**18.369.745,96**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**79.880.478,51**	**76.352.944,66**
ATIVO PERMANENTE	**863.097.710,92**	**840.329.146,04**	**PASSIVO PERMANENTE**	**51.846.707,24**	**48.936.254,18**
			SALDO PATRIMONIAL	**749.380.045,04**	**733.409.693,16**

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2022**	**2021**	ESPECIFICAÇÃO	**2022**	**2021**
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**43.626.875,05**	**23.174.812,15**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**106.189.487,05**	**91.297.055,04**
Atos Potenciais Ativos	43.626.875,05	23.174.812,15	Atos Potenciais Passivos	106.189.487,05	91.297.055,04
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	43.626.875,05	23.174.812,15	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	4.720.000,00	203.000,00
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	101.469.487,05	91.094.055,04
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	**43.626.875,05**	**23.174.812,15**	**TOTAL**	**106.189.487,05**	**91.297.055,04**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-53.177.760,44**
Recursos Vinculados	**-8.693.198,20**
Educação	-6.700.218,36
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-999.544,70
Previdência Social (RPPS)	-1.380,09
Dívida Pública	-175.693,91
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	-816.361,14
TOTAL	**-61.870.958,64**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26352 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2022	Anual
EMISSAO	**PAGINA**
01/02/2023	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**361.196.205,35**	**337.776.338,93**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**-**	**-**
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**1.484.775,26**	**691.790,90**
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.484.775,26	691.790,90
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**461,51**	**-**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	461,51	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**355.633.433,63**	**334.961.525,95**
Transferências Intragovernamentais	354.090.807,29	334.671.197,58
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.542.626,34	290.328,37
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**3.871.700,49**	**2.029.530,20**
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	203.000,00	93.379,62
Ganhos com Desincorporação de Passivos	3.668.700,49	1.936.150,58
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**205.834,46**	**93.491,88**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26352 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2022	Anual
EMISSAO	PAGINA
01/02/2023	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2022	2021
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	205.834,46	93.491,88
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**341.684.093,57**	**329.708.378,99**
Pessoal e Encargos	**278.641.368,60**	**274.708.638,62**
Remuneração a Pessoal	217.500.430,64	214.260.783,16
Encargos Patronais	50.899.642,57	50.128.429,39
Benefícios a Pessoal	10.241.295,39	10.319.426,07
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**7.180.576,78**	**6.497.611,96**
Aposentadorias e Reformas	4.263.191,02	3.702.948,02
Pensões	815.106,64	672.687,96
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.102.279,12	2.121.975,98
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**35.282.650,52**	**27.072.540,18**
Uso de Material de Consumo	952.541,13	707.256,88
Serviços	34.330.109,39	26.251.816,83
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	113.466,47
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**27.506,90**	**32.707,59**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	13.515,91	32.707,59
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	13.990,99	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**1.817.602,05**	**351.895,85**
Transferências Intragovernamentais	1.693.874,38	247.484,01
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	70.218,99	54.442,55
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	44.658,68	49.969,29
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	8.850,00	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**7.544.891,74**	**6.286.583,28**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	7.544.891,74	6.286.583,28
Desincorporação de Ativos	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26352 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2022	Anual
EMISSAO	**PAGINA**
01/02/2023	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2022	2021
Tributárias	**1.379,95**	**1.197,35**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	1.379,95	1.197,35
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	**-**	**-**
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**11.188.117,03**	**14.757.204,16**
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	11.184.211,84	14.740.212,60
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	3.905,19	16.991,56
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**19.512.111,78**	**8.067.959,94**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2022	2021

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26352 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2022	Anual
EMISSAO	**PAGINA**
01/02/2023	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**1.569.685,00**	**1.569.685,00**	**1.474.250,21**	**-95.434,79**
Receitas Tributárias	**-**	**-**	**-**	**-**
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**-**	**-**	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**581.325,00**	**581.325,00**	**172.318,48**	**-409.006,52**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	581.325,00	581.325,00	172.318,48	-409.006,52
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita Industrial	**-**	**-**	**-**	**-**
Receitas de Serviços	**892.148,00**	**892.148,00**	**1.298.927,30**	**406.779,30**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	864.144,00	864.144,00	1.104.344,56	240.200,56
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	28.004,00	28.004,00	194.582,74	166.578,74
Transferências Correntes	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Receitas Correntes	**96.212,00**	**96.212,00**	**3.004,43**	**-93.207,57**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	96.212,00	96.212,00	-	-96.212,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	3.004,43	3.004,43
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	**-**	**-**	**-**	**-**
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26352 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2022	Anual
EMISSAO	**PAGINA**
01/02/2023	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	**1.569.685,00**	**1.569.685,00**	**1.474.250,21**	**-95.434,79**
REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Internas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
Operações de Crédito Externas	**-**	**-**	**-**	**-**
Mobiliária	**-**	**-**	**-**	**-**
Contratual	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**1.569.685,00**	**1.569.685,00**	**1.474.250,21**	**-95.434,79**
DEFICIT			**358.253.301,37**	**358.253.301,37**
TOTAL	**1.569.685,00**	**1.569.685,00**	**359.727.551,58**	**358.157.866,58**
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	**-**	**3.535.409,00**	**-**	**-3.535.409,00**
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	2.198.201,00	-	-
Créditos Cancelados	-	1.337.208,00	-	-

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**332.108.999,00**	**335.121.377,00**	**335.436.762,18**	**318.749.590,99**	**300.981.052,01**	**-315.385,18**
Pessoal e Encargos Sociais	**269.906.998,00**	**277.089.566,00**	**272.794.897,66**	**272.643.156,05**	**256.388.363,00**	**4.294.668,34**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**62.202.001,00**	**58.031.811,00**	**62.641.864,52**	**46.106.434,94**	**44.592.689,01**	**-4.610.053,52**
DESPESAS DE CAPITAL	**4.260.000,00**	**4.783.031,00**	**24.290.789,40**	**1.786.690,03**	**1.786.690,03**	**-19.507.758,40**
Investimentos	**4.260.000,00**	**4.783.031,00**	**24.290.789,40**	**1.786.690,03**	**1.786.690,03**	**-19.507.758,40**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**336.368.999,00**	**339.904.408,00**	**359.727.551,58**	**320.536.281,02**	**302.767.742,04**	**-19.823.143,58**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida Interna	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**336.368.999,00**	**339.904.408,00**	**359.727.551,58**	**320.536.281,02**	**302.767.742,04**	**-19.823.143,58**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26352 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2022	Anual
EMISSAO	**PAGINA**
01/02/2023	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	**336.368.999,00**	**339.904.408,00**	**359.727.551,58**	**320.536.281,02**	**302.767.742,04**	**-19.823.143,58**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**2.265.003,49**	**15.901.367,32**	**15.599.619,39**	**15.510.071,32**	**1.423.092,85**	**1.233.206,64**
Pessoal e Encargos Sociais	**-**	**1.503,94**	**-**	**-**	**-**	**1.503,94**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**2.265.003,49**	**15.899.863,38**	**15.599.619,39**	**15.510.071,32**	**1.423.092,85**	**1.231.702,70**
DESPESAS DE CAPITAL	**26.449.722,82**	**13.795.311,28**	**18.512.016,66**	**18.512.016,66**	**342.685,64**	**21.390.331,80**
Investimentos	**26.449.722,82**	**13.795.311,28**	**18.512.016,66**	**18.512.016,66**	**342.685,64**	**21.390.331,80**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**28.714.726,31**	**29.696.678,60**	**34.111.636,05**	**34.022.087,98**	**1.765.778,49**	**22.623.538,44**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**296.524,63**	**17.134.675,78**	**17.134.675,78**	**-**	**296.524,63**
Pessoal e Encargos Sociais	**-**	**16.062.385,53**	**16.062.385,53**	**-**	**-**
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Outras Despesas Correntes	**296.524,63**	**1.072.290,25**	**1.072.290,25**	**-**	**296.524,63**
DESPESAS DE CAPITAL	**-**	**510.339,34**	**510.339,34**	**-**	**-**
Investimentos	**-**	**510.339,34**	**510.339,34**	**-**	**-**
Inversões Financeiras	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização da Dívida	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**296.524,63**	**17.645.015,12**	**17.645.015,12**	**-**	**296.524,63**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26352 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2022	Anual
EMISSAO	**PAGINA**
01/02/2023	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2022**	**2021**	ESPECIFICAÇÃO	**2022**	**2021**
Receitas Orçamentárias	**1.474.250,21**	**754.239,92**	**Despesas Orçamentárias**	**359.727.551,58**	**338.088.557,93**
Ordinárias	**-**	**-**	**Ordinárias**	**348.743.467,40**	**326.774.306,09**
Vinculadas	**1.662.015,28**	**801.926,75**	**Vinculadas**	**10.984.084,18**	**11.314.251,84**
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	3.000.000,00	3.136.658,65
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.662.015,28	801.926,75	Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.646.283,70	4.110.019,96
(-) Deduções da Receita Orçamentária	**-187.765,07**	**-47.686,83**	Previdência Social (RPPS)	4.094.412,75	1.492.685,00
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.243.387,73	2.574.888,23
Transferências Financeiras Recebidas	**354.090.807,29**	**334.671.197,58**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**1.693.874,38**	**247.484,01**
Resultantes da Execução Orçamentária	319.012.101,21	304.760.931,84	Resultantes da Execução Orçamentária	527,87	93.379,62
Repasse Recebido	319.012.101,21	304.760.931,84	Repasse Concedido	527,87	93.379,62
Independentes da Execução Orçamentária	35.078.706,08	29.910.265,74	Independentes da Execução Orçamentária	1.693.346,51	154.104,39
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	33.010.563,81	28.517.734,50	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.208.743,88	26.599,40
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.068.142,27	1.392.531,24	Demais Transferências Concedidas	227.144,04	24.272,38
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	257.458,59	103.232,61
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	**57.175.322,24**	**47.156.995,52**	**Pagamentos Extraorçamentários**	**51.679.179,87**	**43.402.866,82**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	17.768.538,98	17.099.645,41	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	17.645.015,12	15.882.712,67
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	39.191.270,56	29.696.678,60	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	34.022.087,98	27.190.525,50
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	12.076,77	329.628,65	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	12.076,77	329.628,65
Outros Recebimentos Extraorçamentários	203.435,93	31.042,86	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	605,90				
Arrecadação de Outra Unidade	202.830,03	31.042,86			
Saldo do Exercício Anterior	**18.369.745,96**	**17.526.221,70**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**18.009.519,87**	**18.369.745,96**
Caixa e Equivalentes de Caixa	18.369.745,96	17.526.221,70	Caixa e Equivalentes de Caixa	18.009.519,87	18.369.745,96
TOTAL	**431.110.125,70**	**400.108.654,72**	**TOTAL**	**431.110.125,70**	**400.108.654,72**

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26352 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2022	Anual
EMISSAO	**PAGINA**
01/02/2023	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**20.448.819,94**	**14.394.066,26**
INGRESSOS	**355.779.964,30**	**335.786.109,01**
Receita Tributária	**-**	**-**
Receita de Contribuições	**-**	**-**
Receita Patrimonial	**172.318,48**	**38.343,77**
Receita Agropecuária	**-**	**-**
Receita Industrial	**-**	**-**
Receita de Serviços	**1.298.927,30**	**653.447,13**
Remuneração das Disponibilidades	**-**	**-**
Outras Receitas Derivadas e Originárias	**3.004,43**	**62.449,02**
Transferências Recebidas	**-**	**-**
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	**354.305.714,09**	**335.031.869,09**
Ingressos Extraorçamentários	12.076,77	329.628,65
Transferências Financeiras Recebidas	354.090.807,29	334.671.197,58
Arrecadação de Outra Unidade	202.830,03	31.042,86
DESEMBOLSOS	**-335.331.144,36**	**-321.392.042,75**
Pessoal e Demais Despesas	**-283.993.104,49**	**-271.987.990,91**
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-47.239,81
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-2.196,42	-664.157,86
Previdência Social	-4.999.906,15	-4.351.849,01
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-278.991.607,82	-266.924.744,23
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26352 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2022	Anual
EMISSAO	PAGINA
01/02/2023	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2022	2021
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	605,90	-
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-49.632.088,72**	**-48.826.939,18**
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-49.517.211,05	-48.722.527,34
Outras Transferências Concedidas	-114.877,67	-104.411,84
Outros Desembolsos Operacionais	**-1.705.951,15**	**-577.112,66**
Dispêndios Extraorçamentários	-12.076,77	-329.628,65
Transferências Financeiras Concedidas	-1.693.874,38	-247.484,01
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-20.809.046,03**	**-13.550.542,00**
INGRESSOS	**-**	**-**
Alienação de Bens	**-**	**-**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**-**	**-**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-20.809.046,03**	**-13.550.542,00**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-20.488.450,48**	**-12.749.212,24**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-320.595,55**	**-801.329,76**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**-**	**-**
INGRESSOS	**-**	**-**
Operações de Crédito	**-**	**-**
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	**-**	**-**
Transferências de Capital Recebidas	**-**	**-**
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**-360.226,09**	**843.524,26**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**18.369.745,96**	**17.526.221,70**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**18.009.519,87**	**18.369.745,96**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

A Coordenação de Gestão Financeira e Contábil (CGFC) compõe a estrutura da Pró-Reitoria de Administração (ProAd) da Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC), e exerce a competência de órgão setorial de contabilidade da instituição.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas da UFABC.

A conformidade das demonstrações contábeis é realizada pela CGFC de acordo com os procedimentos descritos no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), visando assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI, sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis da UFABC são as seguintes:

1. Balanço Patrimonial: demonstração contábil com natureza de informação de controle, que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais que são registrados em contas de compensação;

2. Balanço Orçamentário: demonstrativo contábil das receitas previstas e das despesas fixadas no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em confronto com as receitas e despesas realizadas, evidenciando, ainda, as diferenças entre elas;

3. Balanço Financeiro e Demonstração do Fluxo de Caixa: demonstrativo contábil de ingressos e dispêndios (entradas e saídas) de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, bem como recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, além do saldo de disponibilidades do exercício anterior e do exercício-base;

4. Demonstração das Variações Patrimoniais: evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício.

Essas demonstrações foram elaboradas através das informações registradas no SIAFI, observando as normas contábeis vigentes no Brasil, tais como a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Norma Brasileira de Contabilidade CFC/NBC – TSP nº 11, de 18 de outubro de 2018, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Avanços

Devido à pandemia de Covid-19, no exercício de 2022 a CGFC trabalhou em modo remoto até o mês de maio. A partir de junho de 2022 as atividades presenciais foram retomadas e em setembro foi disponibilizado o modo de teletrabalho aos servidores da coordenação. Com isso, possibilitou-se a apresentação de Planos de Gestão para os(as) servidores(as) e opção pela melhor forma de trabalho a cada um(a).

Paralelamente, deu-se sequência ao trabalho desenvolvido junto à Divisão de Arquivo e Protocolo (DAEP), para a criação e homologação de fluxos de processos de pagamentos para migração definitiva ao ambiente eletrônico do SIG/SIPAC.

Ressalvas

Devido à complexidade das atividades, das particularidades e de deficiências técnicas pontuais para conclusão de procedimentos específicos, alguns processos de trabalho necessitam de melhorias, conforme discriminado abaixo:

a) O saldo das contas do controle físico dos bens permanentes está em desacordo com os valores contabilizados no SIAFI e estão sendo objeto de análise;

b) O lançamento da depreciação de bens permanentes não foi realizado em 2022, uma vez que os saldos das contas do controle físico estão em desacordo com os valores contabilizados;

c) Não houve a realização de inventário físico em 2022;

d) A conta “obras em andamento” necessita de detalhamento e reclassificação dos imóveis finalizados;

e) O lançamento da amortização do ativo intangível não foi realizado devido à apuração dos valores contabilizados em relação ao controle dos softwares adquiridos e das patentes incorporadas.

Declaração

Considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes nas Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração das Variações Patrimoniais, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Contabilidade e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2022 refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UFABC, exceto no tocante às ressalvas apontadas acima.

Assunto: Balanço Patrimonial

Imobilizado

Em 31/12/2022 a UFABC apresentou o montante de R$852.404.238,98 referentes ao seu imobilizado, conforme apresentado na Tabela 01.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição (R$)

	31/12/2022	31/12/2021	AH%
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	233.227.829,78	226.801.853,55	2,83
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum.	(1.632.831,78)	(1.712.481,78)	-4,65
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	620.809.240,98	605.490.479,73	2,53
Total	**852.404.238,98**	**830.579.851,50**	**2,63**

Fonte: SIAFI 2021 e 2022.

A conta depreciação dos bens móveis na UFABC teve um decréscimo de 4,65% em 2022, ocasionado pela baixa de bens em processo de desfazimento (veículos).

A Divisão de Patrimônio realiza o controle da depreciação para cada bem em sistema próprio (SIE), porém não houve lançamentos equivalentes nas contas do SIAFI, tendo em vista que os saldos das contas do controle físico patrimonial estão em desacordo com os valores contabilizados nas contas do sistema.

Bens Móveis

Os bens móveis da UFABC, em 31/12/2022, totalizavam R$233.227.829,78, distribuídos nas seguintes contas contábeis:

Tabela 02 – Bens Móveis – Composição (R$)

	31/12/2022	31/12/2021	AH(%)	AV(%)
Máquinas, Aparelhos, Equip. e Ferram.	123.829.591,79	120.420.534,04	2,83	53,47
Bens de Informática	61.464.358,83	59.322.327,11	3,61	26,54
Móveis e Utensílios	24.466.925,17	24.335.464,49	0,54	10,56
Mat. Cultural, Educacional e Comunic.	12.530.906,21	12.429.040,33	0,82	5,41
Veículos	3.044.475,09	3.126.849,21	-2,63	1,31
Bens Móveis em Andamento	6.290.896,55	5.841.962,23	7,68	2,72
Demais Bens Móveis	1.600.676,14	1.325.676,14	20,74	0,69
Total	**233.227.829,78**	**226.801.853,55**	**2,83**	**100,00**

Fonte: SIAFI 2021 e 2022.

Houve pouca variação de bens móveis em 2022. A redução de 2,63% na conta veículos, observada na Tabela 02, refere-se ao desfazimento de dois veículos, cujo processo 23006.021338/2021-83 está em fase de finalização com novas baixas a serem realizadas.

A conta "Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas" é a com maior representatividade nos bens móveis da UFABC, 53,47%, e está melhor detalhada na Tabela 03:

Tabela 03 – Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas (R$)

	31/12/2022	31/12/2021	AH(%)	AV(%)
Aparelhos de Medição e Orientação	11.342.399,36	10.991.818,33	3,19	9,16
Aparelhos e Equip. de Comunicação	4.756.109,12	4.066.109,12	16,97	3,84
Equip.Utens.Médicos,Odont,Labor.Hosp.	96.276.834,77	94.497.477,57	1,88	77,75
Apar.e Equip. p/ Esportes e Diversões	264.862,84	264.862,84	0,00	0,21
Equip. de Proteção, Segurança e Socorro	2.223.607,66	2.189.466,16	1,56	1,80
Maquinas e Equipamentos Industriais	251.147,34	251.147,34	0,00	0,20
Maquinas e Equipamentos Energéticos	4.300.936,09	3.784.227,25	13,65	3,47
Maquinas e Equipamentos Gráficos	15.980,00	15.980,00	0,00	0,01
Máquinas, Ferram. e Utensílios de Oficina	2.094.055,92	2.093.286,74	0,04	1,69
Equip Peças e Acessórios Aeronáuticos	17.700,00	17.700,00	0,00	0,01
Máq. e Utens, Agropecuário/Rodoviário	2.321,63	2.321,63	0,00	0,00
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	58.105,18	58.105,18	0,00	0,05
Equip.Mat. Perm. Vinculados a Convênios	579.823,88	542.023,88	6,92	0,47
Máquinas, Utensílios e Equip. Diversos	1.646.008,00	1.646.008,00	0,00	1,33
Total	**123.829.591,79**	**120.420.534,04**	**2,83**	**100,00**

Fonte: SIAFI 2021 e 2022.

A conta "Equip./Utensílios Médicos, Odont., Laboratoriais e Hosp.", informada na Tabela 03, contém 77,75% do montante total. Considerando que a pesquisa é um dos pilares da UFABC e que uma de suas diretrizes é a formação de pesquisadores, essa conta tem grande importância, pois nela são lançados os bens e equipamentos dos laboratórios de pesquisa da universidade.

Bens Imóveis

Em 31/12/2022 os bens imóveis da UFABC totalizavam o montante de R$620.809.240,98, distribuídos conforme detalhado na Tabela 04.

Tabela 04 – Bens Imóveis – Composição (R$)

	31/12/2022	31/12/2021	AH(%)	AV(%)
Bens de Uso Especial	79.477.668,72	79.477.668,72	0,00	12,80
Bens Imóveis em Andamento	525.609.859,77	510.449.498,52	2,97	84,67
Instalações	15.721.712,49	15.563.312,49	1,02	2,53
Total	**620.809.240,98**	**605.490.479,73**	**2,53**	**100,00**

Fonte: SIAFI 2021 e 2022.

Considerando que a UFABC possui obras em andamento ou entregues recentemente, o item “Bens Imóveis em Andamento” acumula o maior montante da Tabela 04, representando 84,67% dos bens imóveis.

O item “Bens de Uso Especial” são, em sua totalidade, os terrenos onde estão sendo construídos os *campi* da UFABC, devidamente cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet.

Bens Intangíveis

Em 31/12/2022 a UFABC apresentou o saldo de R$5.143.958,96 relacionados aos seus bens intangíveis, conforme demonstrado na Tabela 05.

Tabela 05 – Bens Intangíveis – Composição (R$)

	31/12/2021	31/12/2021	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	5.094.587,07	5.086.491,52	0,16
Software com Vida Útil Indefinida	49.121,89	49.121,89	0,00
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	250,00	250,00	0,00
Total	**5.143.958,96**	**5.135.863,41**	**0,16**

Fonte: SIAFI 2021 e 2022.

A UFABC está trabalhando para verificar e adequar todo o seu imobilizado (móveis, imóveis e intangível), tratando conta por conta dos bens móveis e sanando as diferenças entre o controle contábil e o controle físico, realizando o levantamento dos softwares junto ao Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) e ajustando os valores do intangível junto à Agência de Inovação (InovaUFABC).

O Ministério da Educação (MEC) também está passando por auditoria em suas contas e foram demandadas para a UFABC informações sobre o detalhamento da conta “obras em andamento”. Ainda que a universidade esteja executando alguma obra atualmente, a Coordenação de Gestão Financeira e Contábil (CGFC/UFABC) está verificando junto à Prefeitura Universitária e a Superintendência de Obras a mensuração e a escrituração dos prédios que tiveram a utilização liberada, porém essa reclassificação das contas contábeis demanda diversas ações que precisam ser discutidas e decididas junto à Reitoria.

Fornecedores, Contas a Pagar e Obrigações Contratuais.

Devido às constantes mudanças nos procedimentos de pagamento no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), nos últimos anos e evitando refazer lançamentos no exercício seguinte, a CGFC decidiu não apropriar notas fiscais com vencimento posterior ao dia 23/12/2022.

Em 31/12/2022 a Universidade apresentou saldo de R$628.062,77 em aberto relacionado com fornecedores e contas a pagar, sendo essas obrigações, na sua totalidade, de curto prazo com fornecedores nacionais e com as quais existem pendências que impedem a realização do seu pagamento. Na Tabela 06 apresenta-se a relação de fornecedores com pendências e o saldo correspondente.

Tabela 06 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor (R$)

Fornecedor	31/12/2022	AV (%)
Força e Apoio Serviços Gerais	277.013,28	44,11
Força e Apoio Segurança Privada	150.918,96	24,03
Salutar Alimentação e Serviços	94.506,17	15,05
Dunbar Serviços de Segurança	85.743,20	13,65
Guilherme Henrique de Souza	14.916,76	2,38
Miner Service Ltda.	4.539,40	0,72
Pershy Chemicals Indústria	300,00	0,05
Danpie Comércio de Produtos	125,00	0,02
Total	**628.062,77**	**100,00**

Fonte: SIAFI 2022.

Em 31/12/2022 a UFABC possuía saldo de R$101.469.487,05 relacionado às obrigações contratuais e às parcelas de contratos que serão executadas nos próximos exercícios, conforme demonstrado na Tabela 07.

Tabela 07 – Obrigações Contratuais – Composição (R$)

	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Fornecimento de Bens	528.184,56	273.778,98	92,92	0,52
Seguros	80.656,78	66.918,85	20,53	0,08
Serviços	100.860.645,71	90.753.357,21	11,14	99,40
Total	**101.469.487,05**	**91.094.055,04**	**11,39**	**100,00**

Fonte: SIAFI 2021 e 2022.

As obrigações contratuais relacionadas ao item “Fornecimento de Bens” tiveram aumento significativo de 92,92% devido ao início de novas contratações e a demora na baixa de alguns contratos de fornecimento de bens oriundos de importações.

Tabela 08 – Obrigações Contratuais – Por Contratado (R$)

Fornecedor	31/12/2021	AV (%)
MPD Engenharia Ltda.	38.348.419,35	37,79
Plansul Planejamento e Consultoria Eireli	9.439.852,33	9,30
Geribello Engenharia Ltda	6.096.420,68	6,01
MPE Engenharia e Serviços S/A	5.947.764,03	5,86
Construtora Hudson Ltda.	5.603.981,28	5,52
Tüv Rheinland Serviços Industriais Ltda.	4.817.293,94	4,75
Phertas Segurança Ltda	3.031.568,06	2,99
Construtora Mota & Rodrigues Ltda.	2.891.531,02	2,85
Ecos Turismo Ltda.	2.092.438,88	2,06
Ticket Soluções Hdfgt S/A	2.001.843,40	1,97
Demais Contratos	21.198.374,08	20,89
Total	**101.469.487,05**	**100,00**

Fonte: SIAFI 2022.

As obrigações contratuais relacionadas ao item “Serviços” representam mais de 99,40% do total das obrigações assumidas pela UFABC. Na Tabela 08 relacionam-se os 10 (dez) contratos mais representativos e o saldo a executar na data base 31/12/2022.

A empresa MPD Engenharia detém 37,79% das obrigações contratuais, sendo essa parcela coerente com seu ramo de atividade e a natureza dos contratos celebrados com esta Universidade, que tratam de obras de construção e adequação dos *campi* da UFABC que estão em andamento.

Assunto: Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias

As receitas arrecadadas pela UFABC em 2022 somam o montante de R$1.474.250,21 (um milhão, quatrocentos e setenta e quatro mil, duzentos e cinquenta reais e vinte e um centavos), conforme tabela 09.

Com o retorno ao trabalho presencial em meados de 2022, as arrecadações voltaram ao patamar anterior à pandemia, por isso, em comparação ao exercício de 2021 houve acréscimo significativo de 95,46%.

Tabela 09 – Receitas Arrecadadas – Composição (R$)

	31/12/2022	31/12/2021	AH(%)	AV(%)
Receita Patrimonial	172.318,48	38.343,77	349,40	11,69
Receita de Serviços	1.298.927,30	653.447,13	98,78	88,11
Outras Receitas Correntes	3.004,43	62.449,02	-95,19	0,20
Total	**1.474.250,21**	**754.239,92**	**95,46**	**100,00**

Fonte: SIAFI 2021 e 2022.

O item “Outras Receitas Correntes” registrou baixa expressiva de 95,19% em comparação a 2021. Esse movimento é decorrente da melhora nos controles e nas classificações das receitas arrecadadas durante o exercício de 2022.

A Tabela 10, abaixo, detalha a “Receita de Serviços” por tipo de serviço, que representa 88,11% das receitas arrecadadas pela UFABC em 2022.

Tabela 10 – Receita de Serviços (R$)

Tipo de Arrecadação	31/12/2022	AV(%)
Serviço de Estudos e Pesquisas	693.168,56	53,36
Outros Serviços	194.582,74	14,98
Taxa de Inscrição em Concurso Público	4.641,00	0,36
Taxa de Registro de Diplomas	406.535,00	31,30
Total	**1.298.927,30**	**100,00**

Fonte: SIAFI 2022.

Despesas Orçamentárias

A Dotação atualizada da UFABC em 2022 foi de R$355.121.377,00 e houve a liberação de R$24.934.618,03 através de descentralizações de outros órgãos, conforme detalhado na Tabela 11.

Tabela 11 – Descentralização por UG Descentralizadora (R$)

Código	Unidade Gestora	31/12/2022
152734	Coord. Geral de Sup. a Gestão Orçament/SPO/MEC	12.435.132,36
153019	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	180,20
153031	Universidade Federal de São Paulo	10.001.080,00
153114	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1.966,51
154003	Fund. Coord. Aperf. Pessoal de Nível Superior – Capes	761.109,35
240901	Fundo Nac. de Desenv. Cient. e Tecnológico	735.604,91
255000	Fundação Nacional da Saúde - FUNASA – DF	999.544,70
	Total	**24.934.618,03**

Fonte: SIAFI 2022.

Execução de Restos a Pagar

Analisando a composição dos restos a pagar não processados da UFABC, conforme Tabela 12, verifica-se que no início de 2022 apresentava o montante de R$58.411.404,91, sendo solucionados, ao longo do exercício, 61,27% dos restos a pagar não processados. Destaca-se que para 58,25% foram realizados os devidos pagamentos e apenas 3,02% foram cancelados.

Tabela 12 – Restos a Pagar Não Processados – Execução (R$)

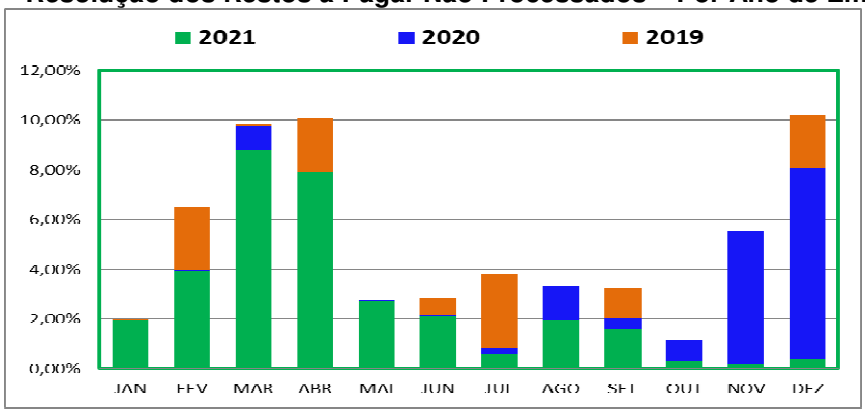
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2022	Pagamento	Cancelamento	Saldo em 31/12/2022	Resolução
2021	29.696.678,60	18.515.460,80	380.793,85	10.800.423,95	63,63%
2020	21.795.988,65	9.872.905,78	99.968,38	11.823.114,49	45,76%
2019	6.918.737,66	5.633.721,40	1.285.016,26	0,00	100,00%
Total	**58.411.404,91**	**34.022.087,98**	**1.765.778,49**	**22.623.538,44**	**61,27%**

Fonte: SIAFI 2022.

Ao longo dos anos a ProAd, por intermédio da Divisão de Contabilidade da CGFC, tem analisado os empenhos inscritos em Restos a Pagar Não Processados e, junto com as respectivas áreas demandantes, realiza a execução ou o devido cancelamento.

No Gráfico 01 pode ser observada a evolução desse trabalho, sendo que nos meses de março e abril foram obtidos os melhores resultados e em dezembro houve uma grande quantidade de cancelamentos. Para melhor ilustração, a informação está separada por ano de emissão do empenho inscrito em Restos a Pagar Não Processados.

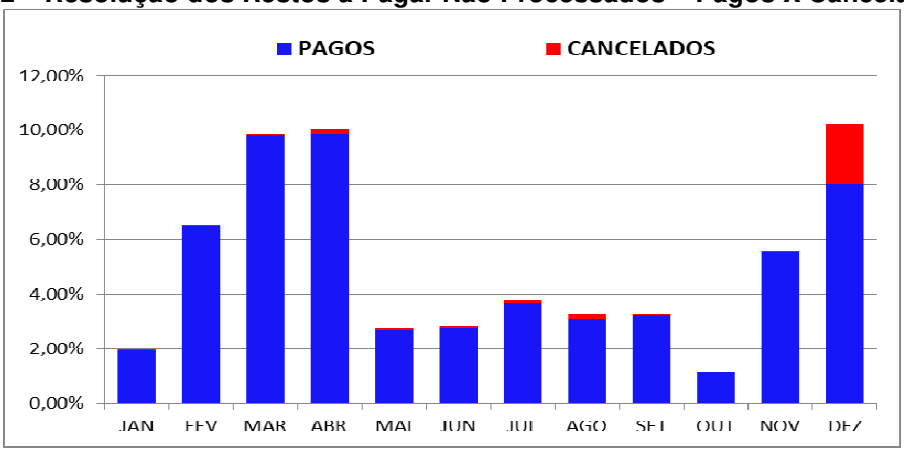
Gráfico 01 – Resolução dos Restos a Pagar Não Processados – Por Ano de Emissão



O Decreto nº 9.428/2018 e suas alterações definiram, em resumo, o dia 31 de dezembro de cada ano como sendo o prazo final para execução dos empenhos reinscritos em Restos a Pagar Não Processados antes do cancelamento automático. Assim, em 31 de dezembro de 2022 os empenhos emitidos até 2019 e que ainda possuíam saldo seriam cancelados, porém a CGFC havia analisado previamente os valores e realizou o cancelamento dos empenhos antes desse prazo.

Conforme demonstrado no Gráfico 02, houve uma concentração dos cancelamentos dos Restos a Pagar Não Processados no mês de dezembro, sendo na sua maioria valores referentes ao exercício de 2019.

Gráfico 02 – Resolução dos Restos a Pagar Não Processados – Pagos X Cancelados



Os valores que foram inscritos em Restos a Pagar Não Processados no exercício de 2022 e serão reinscritos em 2023, têm em sua composição a maioria de empenhos de investimentos, representando 94,55% do total, dos quais 94,11% referem-se às obras em andamento na UFABC, conforme detalhado na Tabela 12. Isso ocorre porque a Universidade está em fase de ampliação dos *campi* e possui obras em andamento que foram contratadas em anos anteriores.

Tabela 12 – Restos a Pagar Não Processados Reinscritos – Composição (R$)

Elemento da Despesa	RPNP a Liquidar	AV(%)
Obrigações Patronais	1.503,94	0,01%
Auxílio Financeiro a Estudantes	192.900,00	0,85%
Material de Consumo	245.297,72	1,08%
Passagens e Despesas de Locomoção	176.084,31	0,78%
Locação de Mão de Obra	113.408,03	0,50%
Serviços – Pessoa Jurídica – IPSFL	844,63	0,00%
Serviços – Pessoa Jurídica – Internacional	20.076,71	0,09%
Serviços – Pessoa Jurídica	405.062,83	1,79%
Serviços – Pessoa Jurídica – TIC	66.167,01	0,29%
Serviços – Pessoa Jurídica – IntraSIAFI	2.015,00	0,01%
Despesas de Exercícios Anteriores	239,84	0,00%
Obrigações Tributárias – IntraSIAFI	9.606,62	0,04%
Subtotal de Custeio	***1.233.206,64***	***5,45%***
Serviços – Pessoa Jurídica – TIC	99.224,18	0,44%
Obras e Instalações	21.291.107,59	94,11%
Equipamentos e Material Permanente	0,03	0,00%
Subtotal de Investimento	***21.390.331,80***	***94,55%***
Total	**22.623.538,44**	**100,00%**

Fonte: SIAFI 2022.

Analisando a composição dos Restos a Pagar Processados, conforme Tabela 13, verifica-se que no início de 2022 a UFABC apresentava o montante de R$17.941.539,75, sendo resolvidos 98,35% durante o exercício.

Tabela 13 – Restos a Pagar Processados – Execução (R$)

Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2022	Pagamento	Cancelamento	Saldo em 31/12/2022	Resolução
2021	17.099.645,41	17.099.645,41	0,00	0,00	100,00%
2020	274.787,30	148.795,15	0,00	125.992,15	54,15%
2019	106.972,77	0,00	0,00	106.972,77	0,00%
2018	204.230,60	204.230,60	0,00	0,00	100,00%
2016	195.241,39	192.343,96	0,00	2.897,43	98,52%
2015	18.311,21	0,00	0,00	18.311,21	0,00%
2014	42.351,07	0,00	0,00	42.351,07	0,00%
Total	**17.941.539,75**	**17.645.015,12**	**0,00**	**296.524,63**	**98,35%**

Fonte: SIAFI 2022

A maior parcela do montante inscrito em Restos a Pagar Processados refere-se ao exercício de 2021, mais especificamente da folha de pagamento dos servidores.

Os demais valores em aberto são relacionados aos fornecedores nacionais com os quais existem pendências que impedem a realização do seu pagamento. Assim, em relação aos anos de 2018 e 2016, identifica-se uma resolução considerável.

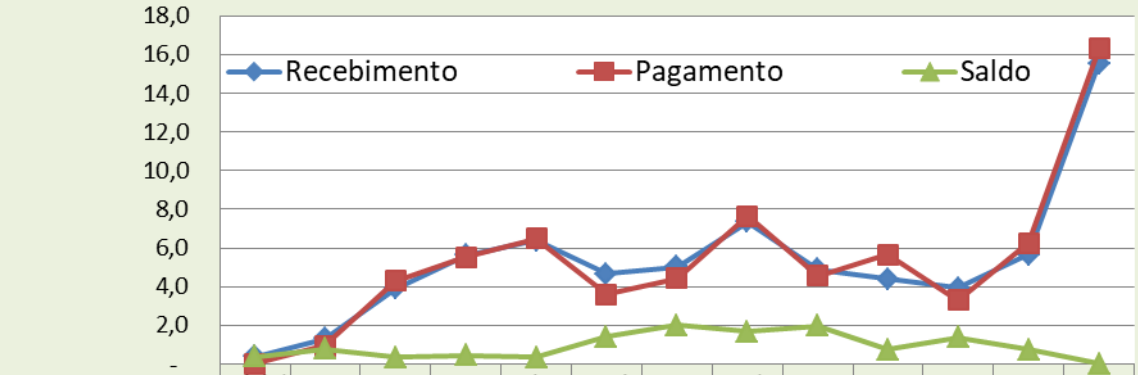
Assunto: Balanço Financeiro

Analisando o Balanço Financeiro verifica-se que há valor significativo na conta “Inscrição dos Restos a Pagar Processados”. Isso se dá por causa da contabilização da folha de pagamento dos servidores da UFABC em dezembro, para quitação no início do próximo exercício. Como consequência dessa mesma ação, a conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” também apresenta valor significativo.

No Gráfico 03 foram considerados apenas os valores utilizados no pagamento das despesas correntes e investimentos, excetuando os valores relacionados a despesas de pessoal da UFABC.

Nele pode-se identificar que os recursos financeiros foram repassados mensalmente pelo MEC com base nos compromissos liquidados, sendo os pagamentos efetuados de forma contínua ao longo do exercício de 2022.

Gráfico 03 – Liberação e Utilização de Recursos Financeiros (R$ 1.000.000,00)



	Inicial	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Recebimento	0,4	1,3	3,9	5,6	6,4	4,6	5,0	7,3	4,9	4,4	3,9	5,6	15,5
Pagamento	0,0	0,9	4,3	5,5	6,5	3,6	4,4	7,7	4,6	5,6	3,3	6,2	16,3
Saldo	0,4	0,8	0,3	0,4	0,3	1,4	2,0	1,7	2,0	0,7	1,4	0,8	0,0

Fonte: CGFC - Divisão de Administração Financeira.

O mês de dezembro pode ser considerado atípico, pois foi iniciado com o contingenciamento de recursos financeiros, implicando na impossibilidade de realizar pagamentos de despesas básicas já executadas. O problema foi solucionado apenas no dia 16 (dezesseis), quando foram recebidos recursos correspondentes aos valores totais liquidados, possibilitando a regularização das pendências. Ainda no mês de dezembro foram realizados novos repasses em quantia superior ao normal para o período.

Desta forma, o exercício foi finalizado com poucos pagamentos pendentes e uma parcela inexpressiva de recursos financeiros disponíveis, conforme observa-se na análise do Gráfico 03.

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Os “Ingressos” corresponderam a mais de R$355 milhões no exercício de 2022, dos quais 99,53% foram de “Transferências Financeiras Recebidas” dos Órgãos Superiores.

Os “Desembolsos” corresponderam a mais de R$335 milhões, dos quais 84,63% foram relativos às despesas com “Pessoal e Demais Despesas”.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Os desembolsos com aquisição de “Ativos Não Circulantes” tiveram aumento de 53,57% em comparação a 2021, reflexo das atividades das obras de construção dos *campi* em 2022.

Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

A conta de equivalente de caixa da UFABC no exercício de 2022 teve redução de 142,70% em comparação a 2021. Essa diminuição se deu pela devolução de todos os recursos financeiros não utilizados ao final do exercício. Essa ação foi realizada em atenção à solicitação da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC (SPO/MEC), visando facilitar a mudança das fontes ocorrida na virada do exercício de 2022 para 2023.

Santo André, 30 de janeiro de 2023.

ROBSON MORENO PIVA
Contador Responsável da UFABC
CRC nº SP-211218/O-3

ROBSON MORENO PIVA[redacted]
Assinado de forma digital por ROBSON MORENO PIVA[redacted]
Dados: 2023.02.02 15:57:28 -03'00'